

FLORESTAN FERNANDES, HISTÓRIA E HISTÓRIAS

DEPOIMENTO A ALFREDO BOSI, CARLOS GUILHERME MOTA
E GABRIEL COHN*

RESUMO

Em depoimento realizado para o Museu da Imagem e do Som, tendo como interlocutores Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn, Florestan Fernandes fala de sua trajetória intelectual e política, desde os primeiros anos de formação acadêmica. O ingresso na USP e a luta pelo fortalecimento da universidade; a campanha em defesa da escola pública; o desenvolvimento da sociologia no Brasil e de sua obra como sociólogo; a luta pela democracia e a luta pelo socialismo; o problema dos partidos e as perspectivas de mudança da sociedade brasileira são alguns dos temas abordados por Florestan Fernandes neste depoimento que, embora realizado há quinze anos, mantém-se extremamente atual.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; sociologia; Universidade de São Paulo; ensino público; democracia; socialismo.

SUMMARY

Florestan Fernandes, in a conversation involving Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota and Gabriel Cohn and taped by São Paulo's Sound and Image Museum, speaks of his intellectual and political life, going back to the early years of his academic training. Among the topics brought up by Fernandes, a few stand out: his hiring by the University of São Paulo and his struggle to strengthen the university; his campaign defending public education; the development of sociology in Brazil and his own contribution as sociologist; the struggles for democracy and socialism; the problems with political parties and the perspectives for change in Brazilian society. Though taped fifteen years ago, Florestan Fernandes' account remains extremely up-to-date.

Keywords: Florestan Fernandes; sociology; University of São Paulo; public education; democracy; socialism.

"Eu não posso criar a história do meu país, eu posso quando muito participar dela." Depende do que se entende por "quando muito"; especialmente quando o autor da frase é Florestan Fernandes, esse homem que jamais soube conter as duras exigências que impõe a si próprio. E não se trata de frase ocasional, isolada. Ela encerra um depoimento dos mais significativos, no qual essa ênfase na participação fornece o fio que permite entrelaçar vida e obra.

Reunido numa tarde de outono de 1981 no ambiente oferecido pelo Museu da Imagem e do Som com três colegas de áreas de trabalho diferentes, que compartilham a formação no contato direto com sua obra, Florestan expõe suas idéias e posições. Perfeito, dirá alguém, mas isso foi há catorze anos. Será que Novos Estudos está

(*) Este depoimento foi realizado no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo, no dia 26 de junho de 1981. Carlos Guilherme Mota é professor de história contemporânea da Universidade de São Paulo; Alfredo Bosi é professor de literatura brasileira da Universidade de São Paulo; e Gabriel Cohn é professor de sociologia da Universidade de São Paulo.

fazendo a arqueologia das posições daquele que foi o mestre de vários fundadores do Cebrap? Quem conhece o nosso entrevistado sabe que não é assim. Se participação é uma palavra-chave para definir sua conduta pública, a contrapartida disso na sua conduta privada é a coerência. E uma parte do encanto do texto que aqui se apresenta consiste precisamente nisto: do ponto de vista das posições nele sustentadas a entrevista poderia ter sido feita ontem. Claro, se fosse ontem talvez se pudesse pedir a Florestan uma reflexão sobre sua experiência parlamentar (mas essa reflexão certamente está sendo feita, em profundidade). Talvez algumas questões mais específicas pudessem ser dirigidas à sua clássica análise sobre a revolução burguesa no Brasil (cujos vinte anos de publicação se comemoram neste ano). Mas esta, cuja segunda edição acabara de sair, estava muito clara na sua cabeça exatamente naquele momento, como demonstra a entrevista. Nada de arqueologia, portanto, mas um documento vivo, atual e, sobretudo, solto e mesmo alegre.

Para quem participou daquele encontro, contudo, é impossível não considerar um ou outro ponto que poderia ter sido examinado; especialmente quando não o foi em qualquer outra oportunidade. É o caso de um episódio exemplar, em que se cruzaram com grande nitidez a participação de Florestan na vida acadêmica e suas concepções sobre alguns problemas básicos da política nacional. Refiro-me ao debate com Guerreiro Ramos nos anos 50 e 60; ou, formulado em termos institucionais, entre um representante eminente da USP e um representante eminente do ISEB.

Nesse debate defrontaram-se duas concepções opostas sobre o papel do intelectual — mais especificamente, do cientista social — na sociedade. A dimensão política da atividade científica constitui a questão de fundo, com respostas contrastantes de lado a lado. Onde Florestan vê ciência institucionalizada conforme padrões universais de desempenho Guerreiro vê a participação dos intelectuais na organização de uma consciência social conforme às peculiaridades nacionais na correspondente "fase" histórica; onde Florestan, na perspectiva do inovador e organizador, vê obstáculos estruturais na sociedade e adota uma posição institucional, Guerreiro, mais próximo dos centros nacionais de decisão, vê obstáculos nos agentes do poder e adota uma posição mais diretamente política; em conseqüência, onde um busca a mudança estrutural das condições sociais de existência o outro volta-se para a mudança da consciência nacional; onde Florestan enfatiza a ciência social aplicada e o planejamento racional Guerreiro defende a construção de uma ideologia eficaz para um projeto nacional. Em consonância com essas diferenças básicas (cujo sutil jogo ao longo do debate certamente mereceria um exame mais detido) ambos formulam meios diversos para atingir metas também discrepantes. Para Guerreiro importa um meio político por excelência, a substituição do mero predomínio de classe pela capacidade dessa mesma classe de assumir a direção efetiva da sociedade, tendo em vista o objetivo que lhe importa, a nação autônoma (vale dizer, não-colonial). Já para Florestan a preocupação central é com as mudanças estruturais na sociedade mediante técnicas sociais adequadas, visando a constituição de uma sociedade democrática (vale dizer, não-oligárquica e muito menos autocrática). É fora de dúvida que nem Guerreiro era avesso à democracia nem Florestan queria uma nação heterônoma. Mas as estratégias propostas e os objetivos não poderiam ser mais contrastantes; até porque respondiam a diferenças de base nas situações dos interlocutores. Guerreiro via o mundo com olhos políticos, era muito mais um homem de partido e voltado para a mobilização de apoios na sociedade do que Florestan, que, neste debate, figurava mais como o profissional acadêmico engajado, voltado para a participação mas pouco disposto a nela dispensar o recurso ao conhecimento bem-fundado. Interessante, claro, é que

Florestan veio a tornar-se homem de partido, mas sem abrir mão de suas posições de fundo, expostas nesta entrevista.

Por que lembrar aqui, e ademais de modo tão esquemático, esse debate que, pela envergadura dos seus participantes, pelo momento em que se deu e pela persistente relevância dos temas tratados, bem mereceria outro tratamento? Não é só para lamentar que naquele encontro (e depois) não tenha sido solicitada uma reflexão de Florestan a respeito. Mas é para lembrar que naquele debate, e nos seus desdobramentos na obra de Florestan, fica patente que havia nele, especialmente a partir dos anos 50, uma explícita preocupação com um tema que por vezes é visto como tendo sido negligenciado pelo pensamento de esquerda até o período pós-1964: o da urgência da democracia. Verdade que há aí uma concepção mais social do que política de democracia: a atenção incide mais sobre as condições sociais e históricas relativas à formação generalizada de atitudes e valores democráticos — e, portanto, da construção de uma "ordem social democrática" — do que sobre as instituições que sustentam as práticas políticas correspondentes. E é uma concepção radical. "Ou admitimos que o povo constitui a fonte dos dinamismos essenciais ao equilíbrio e ao aperfeiçoamento da democracia, e trabalhamos nessa direção, ou nos mantemos 'atrasados' e 'dependentes' em relação às nações de que recebemos um 'progresso' de teleguiados", escrevia ele em 1962. Novamente, não se trata de arqueologia. São posições desse tipo que atravessam, em diferentes registros, este depoimento, e a atuação de Florestan Fernandes até hoje. (Gabriel Cohn)



Carlos Guilherme Mota — Professor, a questão da democracia sempre o acompanhou, às vezes mais agudamente, às vezes menos agudamente. Para esse depoimento eu tenho a impressão que seria importante remontarmos a sua trajetória buscando os momentos em que a questão da democracia foi se colocando. Eu então perguntaria se foi na Faculdade de Filosofia lá pelos anos 40.

Realmente, o meu contato político na sociedade brasileira não foi com a democracia, foi com a ausência da democracia. Na realidade quando eu iniciei o meu curso de madureza nós já estávamos sob uma ditadura, a do Estado Novo. Quando eu entrei para a Faculdade de Filosofia o Estado Novo estava esplendoroso. Posteriormente, a única possibilidade que eu tinha de luta política seria a de me engajar no movimento estudantil e na luta contra o Estado Novo. Eu entrei muito mais através de movimentos de intelectuais que não eram apenas de estudantes e professores. Eu achava o grêmio da Faculdade daquela época pouco sério, ele não teve um contato sólido com a parte subterrânea do movimento estudantil. Quando eu entrei como universitário já colaborava em um jornal, em companhia de jornalistas, advogados, inclusive um professor da Faculdade de Direito e alguns professores da Filosofia. A luta contra o Estado Novo era um movimento subterrâneo que encontrava forte apoio nos vários setores da sociedade, porque naquele momento a burguesia estava dividida com relação à centralização de poder e havia setores dispostos a lutar contra a ditadura. O Partido Comunista tinha uma boa infraestrutura clandestina e com isso o movimento tinha boa expressão. Nesse processo acabei me filiando formalmente à Quarta Internacional, à qual eu pertenci durante algum tempo, quando eu cheguei à conclusão de que não tinha sentido politicamente o meu trabalho, aí me afastei. De modo que a luta pela democracia, nesse

sentido limitado da democracia que é possível sob o capitalismo, na realidade só começa abertamente depois que o Estado Novo se desagrega, em 44. Aí eu avancei para... existem entrevistas que mostram um estilo muito violento — eu me lembro de entrevistas que dei para a Folha que não eram realmente sóbrias. Posteriormente tentei ficar fiel ao socialismo revolucionário, mas não havia ambiente propício na sociedade brasileira. Então o meu partido acabou sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mas não foi uma luta pela democracia, foi uma luta contra a ditadura. Esse parece que é um parâmetro brasileiro.

Carlos Guilherme Mota — É possível o senhor identificar um grupo ou geração com a sua trajetória?

À medida que o meu trabalho cresceu, eu acabei plantando relações muito boas entre os estudantes. A Paula Beiguelman, a Maria Isaura [Pereira de Queiroz], o Renato Jardim Moreira e principalmente o Fernando Henrique Cardoso, o Octavio Ianni, todos esses que acabaram trabalhando comigo, Maria Silvia de Carvalho Franco, Maria Alice Foracchi, que foi minha amiga íntima e extraordinária.

Na verdade, eu acabei construindo aos poucos um meio que lutou pelo crescimento da própria instituição. Fora da universidade os contatos eram mais fortuitos. São Paulo não é uma cidade polida, civilizada. É a cidade da civilização industrial. Isso significa que as pessoas convivem pouco, significa que as pessoas trabalham, têm uma fobia de auto-realização, não têm um padrão de vida desfrutador. Então, fora da Universidade eu fiz relações realmente sérias com o Erminio Sachetta, com vários jornalistas, alguns companheiros que vinham do curso de maturidade, como o Cunha Batista, que era jornalista, o Manoel Lopes Oliveira Neto e outros de uma geração bem mais velha, que me apoiaram muito, que também estavam nos Associados. Das pessoas de mais nome, o Sérgio Milliet e o Sérgio Buarque foram pessoas que mostraram uma simpatia muito ativa na minha direção. O Caio Prado foi meu amigo desde logo, nós nos conhecemos no movimento subterrâneo. O [Artur] Neves, o Caio e outros foram contatos pré-intelectuais e subpolíticos, vamos dizer. Agora amigos que ficaram íntimos nessas relações foram muito mais o Antônio Cândido no meu próprio grupo de referência de idade, o Sérgio Buarque numa distância maior, Fernando de Azevedo, Roger Bastide e todo o pessoal que trabalhava comigo na cadeira — esses foram os verdadeiros companheiros; companheiros de contato cotidiano. O Gabriel está aqui e sabe como convivíamos lá. Ali realmente era uma comunidade, ali estava a nossa vida.

Carlos Guilherme Mota — O Hobsbawm, há dois ou três anos, comentando a sua produção, dizia que o Florestan Fernandes está entre os dez maiores cientistas sociais do mundo, hoje. Esse comentário sempre me intrigou e volto aqui a colocá-lo porque nesse tipo de depoimento eu acho que é importante ir tentando mesclar a experiência pessoal, a biografia propriamente com a trajetória intelectual, com respostas políticas.

A questão da periodização é muito importante para o historiador e talvez por isso fosse útil que nós direcionássemos mais as nossas perguntas. Eu tentaria dividir a sua trajetória numa fase primária, inicial da vida que começa com a questão da imigração, o encontro com São Paulo, a praça da Sé até a Faculdade de Filosofia. Aí eu colocaria um primeiro momento de sua trajetória. A segunda fase seria de 1945 aproximadamente, depois de sua formatura, a 1964, quando exatamente foi publicado A integração do negro na sociedade de classes¹. O senhor já catedrático

(1) A integração do negro na sociedade de classes. Primeira edição: São Paulo, FFLCH-USP, 1964; segunda edição, em dois volumes: São Paulo: Dominus-Editora da USP, 1965; terceira edição, em dois volumes: São Paulo: Ática, 1978. Todas as referências bibliográficas da obra de Florestan Fernandes que acompanham esta entrevista foram extraídas de D'Incao, Maria Ângela, org. *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp/Paz e Terra, 1987.

da Faculdade de Filosofia, já estando num processo de ampliação do debate intelectual e político, após a campanha da escola pública etc.

De 1964 a 1969, talvez se pudesse verificar um aprofundamento das suas reflexões não só nos estudos de estrutura social propriamente como vinha fazendo, mas preocupado mais intensamente com a questão da dependência e tentando a questão do imperialismo, tentando associar de maneira mais sistemática os estudos de estrutura social interna com um tipo de dependência. Em 1969, vem a aposentadoria sua e de vários colegas da Faculdade de Filosofia. Eu tenderia a verificar que a partir de então a sua problemática se agudiza e se politiza. Eu diria até que de certa maneira, para nós que ficamos na universidade, a sua saída foi péssima, mas para a sua obra foi ótima. Essa tentativa de periodização talvez pudesse nos ajudar em nossas perguntas.

Além disso há fatos de sua biografia que seria interessante trazer de volta, como, por exemplo, quem é Vicente, ou seus encontros com Júlio de Mesquita Filho, não só os telefonemas semanais mas também o célebre encontro de Nova York.

Bem, você repõe a questão da biografia. Na verdade eu nasci em São Paulo, a imigração foi dos meus avós, de minha mãe, dos meus tios, que vieram tangidos pela fome de Portugal. Se você falar com minha mãe sobre as razões da imigração ela vai dizer claramente como uma portuguesa do campo: "nós viemos para cá porque nós não tínhamos o que comer!". Essa era a verdade. Minha família aqui foi a história da imigração vista mitologicamente. Na verdade, para um milhão de pessoas que serviram de azeite para que esta máquina funcionasse há um que realiza um destino ímpar. Na minha família ninguém realizou um destino ímpar, se alguém realizou este destino ímpar fui eu. É uma história dramática de desagregação familiar, de sacrifícios, de trabalho duro; e eu fui arrastado por essa corrente. Eu próprio nasci em São Paulo. Minha mãe era a empregada, a criada na casa de Ermínia Bresser de Lima, que foi minha madrinha, e eu fiquei Vicente porque a minha mãe deu o nome de Florestan e a minha madrinha dizia que Florestan não era nome para mim, era nome de alemão. E eu fiquei Vicente para a família de minha madrinha, e para a minha própria família que achou muito estranho chamar alguém de Florestan.

Aos seis anos eu comecei a trabalhar, não fiz ensino primário senão parcialmente, só os três primeiros anos num pequeno período em que eu estive numa outra escola perto da casa da minha madrinha. Mais tarde eu fiz o curso de madureza, fiz tudo de uma vez. Realmente a minha história é muito sintética, e com nove anos eu ganhava tanto quanto um adulto naquela ocasião, engraxando, fazendo serviços improvisados e outras coisas. Há pouco interesse nisso. O fato é que, embora eu não estudasse organizadamente, pelo fato de ter nascido na casa de dona Ermínia Bresser de Lima aprendi o que era livro, a importância de estudar e com pouco mais de seis anos adquiri uma disciplina...

Carlos Guilherme Mota — Que bairro era?

Na rua Bresser mesmo, Celso Garcia com Bresser numa grande casa lá. Agora, um dos padraos que tive, João Gonçalves de Carvalho, era um garçom e era um homem culto que lia muitos livros. Então, combinando a influência de minha mãe e a influência dele, eu estudava no Feliciano de Carvalho, no Trajano, até no Nobre, a física do Nobre. Eu li muita coisa. O Mario Wagner [Vieira da Cunha] descobriu o meu talento oculto e me deu muitos livros, e vários fregueses também. Eu conhecia muita história. Depois o madureza foi funcionar perto do Bidu e eu fiz contato com os professores, engatei o curso. O Manoel Lopes de Oliveira Neto me

aconselhou a fazer o tiro de guerra porque disse que depois eu não poderia... Ele é um dos meus protetores. O Manoel Lopes de Oliveira Neto, a Ivana Piano de Castro, José de Castro Manso Preto e a Ermínia Bresser de Lima foram meus protetores. Aqui parece uma sociedade fiorentina, sem protetores a pessoa pifa.

O fato é que eu aprendi muito sozinho e quando fui para o curso de madureza foi ótimo porque aquilo disciplinou o meu trabalho intelectual e eu já tinha potencial de informações muito grande. Quer dizer que em três anos fiz o equivalente de sete anos. Quem fazia o curso de madureza de acordo com o artigo 100 tinha direito de fazer exames para ingressar num curso no colégio que era junto à universidade — era o pré — e tinha também direito de fazer habilitação. Eu fiz as duas coisas porque eu não confiei na minha força e me classifiquei em segundo lugar entre milhares de pessoas no pré e em quinto lugar na Ciências Sociais entre seis candidatos. Havia trinta vagas, 29 candidatos e os franceses deixaram passar seis. Era um exame pente fino. Quer dizer que foi uma boa experiência.

O curso que eu fiz era um curso inadequado para cá. Há uma visão elitista do que foi a Faculdade de Filosofia e uma visão, vamos dizer, concreta. O que era essa faculdade para os pobres coitados que viviam e saíam do nosso mundo cultural? Não saíam por cima, porque uma grande parte das pessoas que faziam uma certa assimilação de progresso de país central eram pessoas localizadas na vida alta, que não precisavam fazer cursos, iam lá ouvir conferências, fazendo um desdobramento da universidade francesa aqui. Agora eu era uma espécie mais pobre do nosso meio cultural. Eu não sabia francês, o que eu tinha aprendido de francês e inglês dava para passar no exame, não dava para ler um livro, um artigo, quanto mais ouvir um curso de um professor francês, ou ouvir um curso de estatística em italiano. Realmente havia uma falta de conexão entre a idéia da Universidade e o potencial concreto. Isso foi bom. Por quê? Porque não se usavam mamadeiras. Os assistentes não davam assistência nenhuma. O fato é que eles próprios estavam intimidados.

O trabalho que teve mais êxito naquela ocasião foi a pesquisa sobre folclore, em 1941, no ano em que eu entrei para a Faculdade. A professora encarregada de orientar não soube orientar, eu que encontrei o meu caminho, eu que fiz a pesquisa e ela ainda ficou assustada, achava que eu não podia fazer um trabalho daqueles, que aquilo não era folclore. Foi o professor Bastide, depois, que reconheceu o valor do trabalho e quis publicar. Daí vem a relação com o Sérgio Milliet, pelas mãos do Bastide.

Então nós fomos obrigados a fazer um esforço enorme, um esforço que era basicamente de leitura, o que fazia da Faculdade de Filosofia, para esses pobres estudantes, uma mistura de curso ordenado, organizado e de autodidatismo, porque todos nós éramos autodidatas, dependíamos muitos das bibliotecárias e até dos livreiros que estavam a par das bibliografias *up to date*. Inclusive o bibliotecário da Faculdade de Filosofia, que muitas pessoas achavam antipático, ele guardava livros para mim, ele me ajudava. Na Biblioteca Municipal, na biblioteca da Faculdade de Direito eu tinha também minhas relações, e os livreiros, inclusive o Ênio Guazelli, que pouco depois montaria sua própria livraria, estava sempre muito informado sobre os últimos títulos e disposto a importar e vender. Então, era uma formação típica de uma zona colonial. Nós já éramos um país independente, mas isso acontecia em todo o mundo colonial da Europa. Com todo o nosso avanço, com uma Faculdade de Medicina já sólida, com uma Escola Politécnica também tida como de ponta, com uma Faculdade de Direito com prestígio nacional. Na verdade esse desabrochar foi algo muito pouco ordenado e que criou essa dualidade, muito produtiva porque de uma hora para outra em qualquer setor de conhecimento nós

estávamos realmente na metade do século XX. Se não acontecesse isso nós continuaríamos com um débito muito grande com o processo recente de desenvolvimento cultural.

Só para se ter uma idéia do que era isso, o professor Roger Bastide, no primeiro semestre na cadeira dele, pedia que se fizessem dois trabalhos. Um sobre folclore, uma pesquisa que depois acabou saindo em livro, *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*², um material que eu colhi, umas elaborações que eu fiz na ocasião e posteriormente. O segundo era um pequeno trabalho metodológico, "A crise causal na explicação sociológica". Naturalmente o que eu conhecia de Filosofia — eu não fiz curso de Filosofia no madureza — eu conhecia de leituras antigas de autodidata. Eu tinha que formar uma bibliografia nas bibliotecas daquele jeito que eu já falei, usando fichários, orientação de bibliotecários e fiz um ensaio de umas dez, doze páginas. Ele fez um comentário abaixo dizendo que tinha pedido uma discussão sistemática do assunto e não uma reportagem, me deu nota 4,5. Isso é para ter uma idéia, quer dizer, os professores franceses não entendiam a situação em que estávamos e por isso exigiam e nós tínhamos que alcançar. E já no fim do mesmo ano eu consegui naquela cadeira a melhor nota do grupo, com um trabalho que ele elogiou em público, o que mostra a rapidez com que nós avançamos. Sem a relação maternal, sem mamadeira, o estudante cresce, amadurece.

Agora, isso não impediu que as coisas fossem difíceis para mim. Quando você fala em períodos, naquele ensaio que está publicado na *Sociologia do Brasil*³, "Em busca de uma sociologia crítica e militante", eu faço uma periodização a partir de uma visão interior. O período de formação não se esgota com a formatura. Na verdade um curso em que há uma superposição de ensino sistemático e de autodidatismo cria muitas inseguranças, muitas incertezas. Quando eu fui convidado para ser assistente, eu tive sorte de ter três oportunidades de trabalho e me fixei na que era oferecida na cadeira de Sociologia. Eu cheguei a dizer: professor Fernando Azevedo, eu não sou responsável pelo que vai acontecer. Eu sou aluno, o senhor está convidando um aluno para ser assistente, e isso está errado. Não fosse o Antônio Cândido, eu teria perdido o convite. Agora, como eu poderia me converter de aluno a professor num passe de mágica, aquelas deficiências todas estavam muito presentes, eu sabia. Tanto que eu acho que a Faculdade de Filosofia foi formidável porque ela dava a nós a consciência da ignorância, da impotência. Então eu submergia a um trabalho enorme, ficava horas e horas na Biblioteca Municipal, a ponto de o Antônio Cândido dizer que a minha vantagem sobre os outros estava no volume da minha bunda, tinha mais tempo para ficar sentado e agüentava.

Foi um período longo, duro, no qual eu não resolvi naturalmente todos os problemas que deveria enfrentar, mas resolvi as dúvidas necessárias para poder trabalhar com os estudantes. O primeiro curso que eu dei não foi desastroso porque modestamente eu peguei, no segundo semestre da cadeira de Sociologia II, como foco de discussão *As regras do método sociológico* e fiquei um semestre discutindo. A Maria Isaura fez esse curso comigo, devia ser tedioso, terrível para os estudantes, mas ainda assim não era o que eu fui fazer em seguida, porque no ano seguinte eu dei o curso de Introdução e levei para os estudantes as preocupações que eu tinha.

A Faculdade tinha crescido em prestígio e as classes eram grandes, eu começava com 45-50 estudantes, quando chegava na metade do semestre eu tinha 25 ou menos, mas aí era milho que iria virar pipoca. Os outros batiam em retirada. Por que acontecia isso? Porque eu levava para os estudantes os problemas que eu não tinha resolvido. Eu estava lendo autores que sequer os franceses tinham usado.

(2) *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1961; segunda edição: Petrópolis: Vozes, 1979.

(3) *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977; segunda edição: 1980.

Eles não eram muito de usar autores que acabaram sendo básicos no meu ensino. Os estudantes não tinham condições de enfrentar aquilo e os que não tinham realmente uma vinculação séria com as aspirações de carreira ou de estudo migravam, saíam dali.

Esta primeira fase se esgota praticamente com a pesquisa sobre relações raciais que eu fiz em colaboração com o professor Roger Bastide, em 51⁴. Eu tive sorte porque acabei tendo uma ampla experiência de pesquisa. Graças ao folclore, acumulei experiência concomitante com a pesquisa de reconstrução, de gabinete e em pesquisa de campo, material colhido com crianças, com adultos etc. E depois participei de algumas pesquisas na Antropologia em colaboração com outros colegas e eu próprio encetei uma pesquisa sobre a aculturação dos filhos de libaneses. Mas no fim acabei desistindo porque eu vi que a Universidade ainda não estava madura para absorver um trabalho desses. Colhi muito material, tenho muito material em casa. Quem fez o projeto de pesquisa sobre relações raciais fui eu, quando eu fui fazer aquilo eu já estava realmente no ponto para começar, aí eu poderia ser convidado para ser assistente ou de ensino ou de pesquisa ou as duas coisas. Vocês querem insistir ainda sobre a década de 50?

Carlos Guilherme Mota — Sobre esse período ainda, eu gostaria que o senhor localizasse A função social da guerra⁵.

O problema que você está colocando exige uma reflexão mais ampla. A Faculdade de Filosofia tinha como parâmetro uma experiência, uma tradição europeia, e a Escola de Sociologia e Política, uma orientação e uma tradição mais norte-americana. Na Faculdade de Filosofia, de acordo com os padrões de auto-referência, nós seríamos mais eruditos, na outra as pessoas seriam um pouco mais preocupadas com o *fact finding*, a informação superficial, não crítica etc. Mas eu fiquei muito curioso de saber qual era a formação que se dava na Escola de Sociologia e, como nós não possuíamos pós-graduação, eu tentei fazer pós-graduação lá. Não havia uma atitude muito favorável aos estudantes de filosofia na Escola Livre de Sociologia e Política. A minha primeira tentativa falhou, eu já tinha uma certa notoriedade política por causa dos artigos de jornal que começaram a sair em 43 e em 44, já tinha sido convidado para ser assistente, quer dizer que não havia muita vontade de me absorver lá. Já tinham absorvido a Gioconda [Mussolini], a Lucila [Hermann], e o esforço que o Donald Pierson fazia era tentar limitar o campo humano da Escola Livre de Sociologia e Política. A primeira tentativa em 44 falhou e em 45 eu me dediquei ao estudo de inglês — francês não era problema — e passei e eles não puderam me recusar. E houve uma coisa curiosa, entre os trabalhos que eu tive que fazer que foram pedidos pelos professores, havia um pedido do professor Baldus para fazer uma avaliação do material do Gabriel Soares para o estudo das sociedades aborígenes. Quando eu fiz essa avaliação ele ficou surpreso. Ele leu o trabalho e disse: "Olha, Florestan, pelo que você diz aí, se tudo isso que você diz aí é real, o Métraux não entendeu, ele não pegou os problemas centrais, ele pegou só a parte da cultura material, da religião, e deixou o resto de lado". Eu disse a ele: "Não sei avaliar em profundidade, mas eu andei consultando as outras fontes para ter idéia do valor do Gabriel Soares, eu acho que as outras fontes têm igual valor, podem não ser tão densas as informações, mas são boas".

Aí discutimos muito e eu estabeleci que como critério seria melhor eu pegar uma fonte totalmente estranha, talvez o Staden, eu já conhecia as Cartas Jurídicas e o material português, então vamos pegar uma fonte estranha, o Hans Staden, e fazer a mesma análise, e a riqueza foi comprovada. Aí ele me disse: "Olha, Florestan, você

(4) *Negros e brancos em São Paulo*. Em colaboração com Roger Bastide. Publicação prévia: *Revista Anhembi*, 1953; edição original: São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

(5) *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Museu Paulista, 1952; segunda edição: São Paulo: Livraria Pioneira-Edusp, 1970.

descobriu isso, é justo que você aproveite isso". Aí eu fiz o levantamento subsistemático de todas as informações, eu tenho esse fichário até hoje, e surgiu a *Organização social dos tupinambá*⁶, que foi defendida em 1947; só foi publicada em 1949 porque o Instituto de Progresso Editorial atrasou dois anos para publicar. Mas esse seria o trabalho sobre os tupinambá. Eu tinha idéia de fazer um estudo dos contatos com os brancos, até tinha separado um material sobre destribilização para isso e tinha idéia de estudar o sacrifício humano, mas isso ficou para o futuro. Por que acabei escrevendo sobre a guerra? Porque a tentativa de transformar a pesquisa de campo na fonte da minha tese de doutorado não deu certo. A Faculdade de Filosofia, por questões que eu não vou discutir agora, porque envolvem pessoas que eu não gostaria de associar a uma experiência negativa, demonstrou uma falta de flexibilidade para esse tipo de trabalho naquele momento. Não havia interação humana que permitisse um trabalho desse ser levado a cabo com eficácia, com uma certa rapidez. Então, virou um impasse. Eu refleti pensando um pouco no Gilberto Freyre, pensei: a sociedade brasileira tem um nível de interesse por reconstrução histórica, isso é reconhecido, então eu vou voltar aos tupinambá. Avisei o chefe da cadeira que trocara de assunto, foi feita a substituição. E, em vez de fazer um estudo global do sacrifício humano que seria um assunto muito vasto, eu escolhi a guerra porque através da guerra podia pegar os ritos de sacrifício, mas não me obrigava a me concentrar na religião, coisa que já tinha sido analisada pelo Métraux. Com isso fiz o trabalho com um certo êxito, porque ele foi aprovado muito bem pela banca em 1951 e o próprio Métraux pegou a primeira parte e publicou em francês. E ele me disse cara a cara, ele mostrou uma qualidade intelectual rara: "Você fez o trabalho que eu deveria ter feito". Quer dizer, *A função social da guerra* é uma continuidade do trabalho da década de 40, enquanto a pesquisa sobre relações raciais, e também a de aculturação dos sírio-libaneses, se eu tivesse expandido, seria já o trabalho da década de 50.

Agora, só para esclarecer este que é um assunto importante para mim, a questão da dependência na década de 60, o Gabriel está aqui e ele sabe que nós discutíamos a heteronomia em termos weberianos: a relação entre grupos e sistemas. Você encontra em ensaios que eu escrevi no início dos anos 60 o uso do conceito de heteronomia, e eventualmente o de dependência também. Só muito mais tarde eu vim a descobrir que o conceito de heteronomia é aplicado por Marx, e provavelmente ele era corrente na lógica formal na Alemanha do século XIX. De qualquer maneira, em *Mudanças sociais no Brasil*⁷ e em alguns outros trabalhos você vai encontrar a problemática da dependência formulada de uma maneira um pouco rudimentar com o nome de relações de heteronomia.

Posteriormente, o Fernando Henrique foi para o IUPES e lá trabalhou com um grupo que estava mais interessado por esse tipo de análise. Quando ele voltou para cá eu já tinha avançado um pouco, como vocês podem ver na primeira parte da *Revolução burguesa no Brasil*⁸, que estava escrita quando ele chegou e ele leu. Aí as reflexões se aprofundaram, avançaram. Em 67 eu apresentei um trabalho já de âmbito maior sobre o assunto, inclusive aproveitando a colaboração do Fernando Henrique. Uma coisa que não havia antes no Brasil, que era essa colaboração entre indivíduos, graças a uma universidade ela surgiu. Só havia na Alemanha, na França, aqui não havia. E parece que hoje voltamos ao padrão anterior onde cada indivíduo é uma ilha e começa tudo de novo.

Gabriel Cohn — A sua última observação me suscita uma questão. Há uma tendência muito forte entre os que discutem a sociologia no Brasil no sentido de

(6) *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949; segunda edição: São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

(7) *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960; segunda edição, 1974; terceira edição, 1979.

(8) *A Revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; segunda edição, 1976; terceira edição, 1981.

referir-se a uma escola paulista, a uma escola de sociologia de São Paulo. E, certamente, quando se fala nisso o seu nome surge de maneira extremamente acentuada e talvez num momento decisivo do período coberto por esses debates, digamos, primeira metade da década de 60, um pouco antes, um pouco depois, que seja, se trata de referência ao senhor como uma posição de liderança e de constituição mesmo disso. No entanto, recentemente, talvez não pela primeira vez, o senhor repeliu a idéia de que se possa falar nisso, numa escola paulista de sociologia. Talvez o senhor pudesse comentar um pouco esse aspecto e discutir em que medida se pode e em que medida não se pode falar num grupo coeso, com uma linha comum...

A sua pergunta está bem formulada. Falar numa escola de sociologia de São Paulo me parece um exagero. Agora, num grupo de sociólogos articulado, com várias ramificações, isso se pode e se deve falar. E nesse caso não sou só eu que tenho importância, há os professores franceses, especialmente o Bastide, o próprio Pierson, que não poderia ser ignorado, o Fernando Azevedo e outros. Eu tive um papel importante, mas outros tiveram uma importância enorme para nós em termos de pesquisa. Hoje ninguém lembra mais do [Emílio] Willem, numa classe o estudante não sabe quem foi o Willem. No Brasil a pessoa morre enquanto está viva, ninguém manda o atestado de óbito para a família.

O que eu combati foi uma idéia de me converter em uma espécie de paxá. O chefe da cadeira de Sociologia I e em consequência da Escola de Sociologia de São Paulo, eu nunca lutei por isso; inclusive isso é uma preocupação anticientífica, extracientífica; pessoas que querem se valorizar provavelmente pensam isso. Agora, dada a precariedade das nossas origens, da formação recente da sociologia aqui, como ter uma escola de sociologia de São Paulo? Como definir uma situação cultural desse tipo?

A debilidade de nossa situação era tão grande que eu próprio — basta ver os *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*⁹ — fui procurar ganhar solidez e terreno nos clássicos. Eu era militante do movimento de esquerda, extremado, eu poderia ter ficado um marxista dogmático; de lá para cá, ter superado o Caio Prado Jr. em matéria de preocupação pela dialética. E no entanto não fiz isso, estudei simultaneamente antropologia, sociologia, um pouco de psicologia, alguma economia, alguma filosofia, muita história. Quer dizer, fiz uma coisa que os marxistas que não são o próprio Marx às vezes chamam de orientação eclética. Na antropologia estudei muita coisa importante que se não fosse o Willem na filosofia e a Escola de Sociologia Política eu nunca teria aprendido. Trabalhei muito com os antropólogos sociais ingleses, com os etnólogos franceses, discípulos de Durkheim, inclusive pelo vigor do Mauss vocês podem saber qual é o valor disso.

Mas teoricamente me concentrei, apesar de ter apanhado toda a evolução intelectual da sociologia, me concentrei no Marx, no Max Weber e no Durkheim. Como autores de menor importância que estudei muito estavam, por exemplo, o Mannheim, que teve uma importância grande no meu pensamento; na França o Mounier, o Halbwachs, o Simiand, que é um homem intragável. Até curso sobre Simiand eu dei quando ainda era estudante. No terceiro ano eu dei um curso para os meus colegas sobre o Simiand, eles não conseguiam entender *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie*. Eu dei um curso de três meses para eles. E nos Estados Unidos eu gostava muito da sociologia do período pioneiro, o Giddens, por exemplo, e aquelas monografias da Universidade de Chicago eram muito frequentes nas minhas leituras e eu usava muito nos cursos, até chegar ao próprio Parsons, embora eu lesse mais o Merton e gostasse mais da sociologia descritiva americana do que da sociologia comparada.

(9) *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967; segunda edição: idem, 1967; reimpressão, 1972; terceira edição: Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978; quarta edição: São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

O que caracteriza a minha embocadura foi procurar o ponto de partida nos clássicos. Eu estava falando exatamente na minha tentativa de me fixar nos clássicos. Qual é a importância dos clássicos? Qualquer um diria: bom, estão muito distantes! O próprio professor Willem combateu sistematicamente a minha preocupação pelos clássicos. Não que ele fosse um ignorante, ele era um professor muito bem informado. Mas ele achava, como acham atualmente os sociólogos e os antropólogos dos principais centros de ensino, que a melhor investigação é a mais recente, o melhor livro é o mais novo. Ele achava que eu estava perdendo tempo. Ora, na verdade, quando eu fiz a leitura da *Ideologia alemã*, eu estava escrevendo a introdução ao livro que eu traduzi, *A crítica da economia política*, que saiu em 1944, e encontrei um diálogo muito mais vivo, muito mais consistente e produtivo com Marx e Engels. Quer dizer, era ali que estavam vivas as tendências que eu estava enfrentando nas ciências sociais naquele momento, as minhas dúvidas, tentando combinar ecologia, economia, sociologia, psicologia, história. Para mim, era como se eles fossem professores vivos. A ideologia alemã teve essa importância para mim, aquele primeiro capítulo do livro, que é um capítulo longo.

Durkheim eu já conhecia até mais do que Marx, porque inclusive já tinha dado cursos sobre *As regras do método sociológico*, e quando fiz meu exame de habilitação o texto que os franceses escolheram saiu *d'A divisão do trabalho social*, quer dizer, eles supunham que a gente já devia conhecer este livro antes de entrar na Faculdade. E, de outro lado, Weber, porque entre os autores que trabalhavam com a sociologia formal ele foi o que pareceu mais rico e que dava uma base empírica mais sólida ao trabalho do investigador na sociologia. Procurar estas tendências significa exatamente procurar caminhos que não estão tão distantes. Eles parecem distantes, são homens do século XIX ou do início do século XX, mas eles estão presentes porque são correntes fundamentais dentro da sociologia e que oferecem recursos para abrir um campo. Na situação brasileira não se tratava de procurar, vamos supor, a linha dominante em Chicago e transferir para cá. O importante era apanhar dentro da herança cultural da sociologia uma base sólida para depois levantar aqui possibilidades de trabalho, explorando as técnicas de investigação, os métodos lógicos, de acordo com nossas possibilidades e com nossos recursos intelectuais. Então foi isso que eu tentei fazer.

Eu acabei fazendo três teses: *A organização social dos tupinambá*¹⁰, *A função social da guerra na sociedade tupinambá*¹¹ e o ensaio sobre *A interpretação do método funcionalista na sociologia*. Eu fiquei com uma experiência viva bastante dramática para pensar que, se aquilo poderia ser importante na Europa, decididamente não era conveniente para nós e que o trabalho intelectual do pessoal que estava se congregando ao meu lado deveria ter outra orientação, outra direção. E por isso nenhum deles repetiu esse padrão. Tudo que eu procurei fazer ficou como parte da armadura do guerreiro. A pessoa precisa se armar para enfrentar a vida. Podem ver que o Fernando Henrique, o Octavio Ianni já foram trabalhar com problemas mais delimitados, de investigação sobre o presente, o período recente da história, e a história em fluxo. E basicamente procurando esclarecer os problemas centrais da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, e principalmente o que se poderia chamar a modernidade da sociedade brasileira. Então, neste sentido se pode falar numa escola sociológica paulista, mas aí ela não é obra minha: eu não sou um chefe de escola, eu sou um companheiro mais velho, e a produção característica está ainda em crescimento, ela não se extinguiu. Eu acredito que na periferia não surgiu em nenhum lugar no mundo um grupo de investigação com recursos muito moderados, muito pobres, mas ao mesmo tempo tão rico e com uma

(10) Citado na nota número 2.

(11) Citado na nota número 1.

gama de preocupações tão ampla. Eu acho que nesse sentido acaba havendo um perfil de uma escola sociológica paulista, mas é preciso haver muito cuidado com isso, porque ela não se caracteriza pelo fato de haver uma unidade teórica, um centro de preocupação obsessiva. Se vocês pegam ensaios que estão publicados n'A *sociologia numa era de revolução social*¹², vocês vão ver que essas reflexões aparecem em trabalhos feitos em 1960, 1961, 1962. Inclusive a minha comunicação como presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, enfatizando as áreas de investigação nas quais nós poderíamos dar uma contribuição original, nos três níveis: da contribuição empírica, da contribuição teórica, e também a possibilidade de uma reflexão crítica sobre uma realidade histórica, isto é, se há problema de democracia, que relação deve haver entre democracia e desenvolvimento, vocês encontram essa discussão lá. E rejeitando a aceleração do desenvolvimento, a prioridade do desenvolvimento, afirmando que desenvolvimento sem democracia significaria continuar com estruturas arcaicas, que cresceriam apenas em extensão, não haveria transformação realmente da sociedade brasileira. Então, o elemento central, o nexo dessas preocupações está aí. Eu posso ter sido um inspirador ocasional dessa evolução, mas não havia o intuito de unilateralizar o trabalho intelectual, converter a sociologia em alguma coisa fechada, através da qual não se respira, não se vê o mundo concreto, não se vê o processo da história, não se vê a relação dramática do homem com a transformação da vida.

(12) *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962; segunda edição: Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Gabriel Cohn — O senhor dizia antes que, entre as idéias pelas quais o senhor lutou, algumas delas estão no cerne mesmo dessa caracterização que se faria dessa peculiaridade da produção sociológica aqui em São Paulo. Porque provavelmente, se tivéssemos que fazer uma síntese de qual é essa peculiaridade, nós teríamos pelo menos dois pontos, eles confluem. Dizem respeito a uma implacável busca do rigor no tratamento de questões importantes e referentes à sociedade brasileira na sua integridade e um rigor alimentado por uma formação que inclui pelo menos esses três grandes clássicos, esses que continuam sendo trabalhados na USP e que de alguma maneira infundem uma certa atmosfera, um certo clima intelectual que é identificado como característico de São Paulo. O fato de nós continuarmos hoje lá considerando fundamental para o estudante que passe pelo Durkheim, pelo Marx e pelo Weber, seja lá qual for a ordem — e, veja bem, o fato de não haver uma ordem fixa nisso é uma marca dessa escola. Isto, o fato de permanecer, me parece extremamente interessante porque indica uma continuidade por detrás de todas as diferenças que houve e que foram também estimuladas — isso é uma outra marca, eu tenho a impressão. O Fernando Henrique Cardoso agora recentemente, ao reeditar Capitalismo e escravidão no Brasil, que foi uma tese apresentada ao senhor como doutorado...

Foi minha primeira tese.

Gabriel Cohn — ...ele faz uma referência, procurando caracterizar o clima intelectual de formação em que vivia. Faz uma referência à quase obsessiva preocupação do senhor com o rigor e o modo pelo qual isto transparecia num trabalho seu absolutamente decisivo na formação de muita gente que é Fundamentos empíricos da explicação sociológica¹³, que inclui o texto que o senhor mesmo caracterizou como seu texto de entrada na maturidade, de 1957, "A reconstrução social da realidade". E eu insisto nisso porque talvez pudesse servir de contraponto referente ao momento presente de se ver essa questão. Isto que o Fernando Henrique chama de uma busca quase obsessiva pelo rigor e a busca do cultivo cuidadoso dos

(13) Citado na nota 5.

grandes autores está presente na obra dele e de todos os demais, está também na sua e, com todas as enormes mudanças que a universidade sofreu, persiste lá dentro, de modo que não é uma abstração falar dessa escola.

Isto é uma marca, mas eu não penso que isso deva ser creditado a mim, isso é o produto de uma convergência de influências. Talvez, pode ser que a minha origem modesta tenha me levado a me suplantar. Procurar alguma interpretação psicanalítica poderia sugerir que eu praticamente quisesse me afirmar por um rigor científico implacável. Mas eu não acho que seja, não. Eu tenho impressão que o rigor faz parte da investigação científica. Nas ciências sociais ainda hoje para mim o padrão de rigor é o Marx. Até na *Crítica do Programa de Gotha*, o rigor com que ele trabalha com categorias, com realidades, com conceitos abstratos, é característico do método científico, onde existe ciência existe rigor. Não pode haver evasão, onde não há rigor não há precisão da descrição, não há objetividade, então está havendo pseudociência. Você lembra a polêmica que eu tive com o Guerreiro Ramos, quer dizer, você não pode ter meia ciência, você não pode ter meia mulher grávida, está grávida ou não está. A ciência também, ou você corresponde a uma descrição precisa e depois você pode trabalhar analiticamente com os dados e com as interpretações ou então não há. Talvez eu tenha encarnado uma etapa da transição da ciência, mas eu fico muito incomodado com a idéia de me atribuírem uma posição maior que eu não tive. Na verdade esse grupo cresceu muito, cresceu comigo e cresceu independentemente de mim. E esse reconhecimento da colaboração do que se fez além e acima de mim, isso tem que ser posto em questão.

Você pega as escolas na Europa e vê que é ao contrário, a tentativa é de ter um papa. E a verdade vem dali, inclusive as publicações, as pessoas escrevem e quem publica é o tal. Por isso que o nome de escola me assusta. Por isso que foi boa a sua intervenção: você deixou dois níveis para a idéia da escola, e o segundo nível era bom e há uma certa fisionomia no trabalho desse grupo. Aí então está bom. Nesse sentido eu estou inteiramente de acordo.

Gabriel Cohn — Eu gostaria de extrair um desdobramento disso. Naquilo que o senhor fez na universidade e naquilo que o senhor publicou — eu creio que o eixo está em 1965, n'A integração do negro na sociedade de classes¹⁴ e também nas obras seguintes —, eu tendo a distinguir a sua produção de grande parte do que tem sido feito nas ciências sociais e na sociologia entre nós, nos seguintes termos: me parece que o senhor nunca perdeu de vista, teve sempre uma visão muito clara da conveniência e da necessidade de se procurar manter uma perspectiva, uma visão propriamente sociológica dos problemas. Ou seja, eu tenho a impressão que em alguns momentos o senhor teve uma visão extremamente aguda, nem sempre perfeitamente explícita, de que, se não houvesse uma preocupação forte com a manutenção e o cultivo de uma visão propriamente sociológica dos problemas, essa visão poderia se diluir e nós teríamos uma sociologia se enfraquecendo diante de outras visões, perfeitamente legítimas do problema, mas que exatamente não captariam aquilo que o sociólogo pode oferecer, sem cair nos riscos de uma divisão rígida de trabalho na ciência. Isso parece que é uma diretriz da sua reflexão.

Isso é correto. Inclusive os clássicos com os quais eu trabalhei ajudaram muito nessa direção. Durkheim, nem é preciso dizer, a idéia dele é que a sociologia é a rainha das ciências em geral, mas especificamente é a única ciência social verdadeira. Se você extrai o ponto de vista sociológico de Marx você não tem o mecanismo da crítica da economia, das relações de poder. O Lukács e o [Karl] Korsh têm razão, a perspectiva sociológica é intrínseca. Se vocês quiserem chamar de

(14) Citado na nota 1.

história o que se faz, que eles só reconhecem como ciência a história, é uma história de perspectiva sociológica, porque é através da sociologia que se vê a relação da economia com a sociedade, o homem ativo, lutando em termos de antagonismo de classe. Por sua vez, Weber é o mais discreto, ele não dá à sociologia essa eminência, mas ao mesmo tempo ele é muito rigoroso porque o que ele chama de sociologia é realmente o limite, aquela vem a ser a perspectiva pela qual a explicação sociológica se distingue da explicação histórica ou da psicológica ou da filosófica etc. Todas essas influências se somaram nessa mesma direção. Agora, eu lutei muito para não ser sociologista e principalmente para não excluir psicologia, economia, história, porque na verdade nós temos que voltar a um texto que para mim é muito fundamental, o posfácio d'A *crítica da economia política*, aquela idéia da totalidade. Durante algum tempo, eu corri o risco de palmilhar o caminho da filosofia social, da filosofia das ciências modernas, de pulverizar as ciências e de procurar uma falsa autonomia das ciências. Eu teria entrado por um mau caminho. O que me salvou foi a impregnação marxista da minha relação prática com os problemas da sociedade brasileira. Aí eu compreendi que o sociólogo realmente sozinho opera com um ponto de vista, com os fatos que esse ponto de vista exige.

[trecho omitido — N.E.]

A universidade acabava sendo para nós um rico equivalente de um partido. Por lá nós podíamos apanhar a ciência no que ela tem de revolucionária, uma reflexão crítica sobre o presente, independentemente de uma formalização política maior. Eu sempre fui socialista. Não me conheci em outra posição desde que eu tenho idéia do que é atividade política. Eu poderia ter tomado uma posição em termos socialistas sobre a universidade, mas não foi isso o que ocorreu. Foi muito mais em termos do que é, ou deveria ser, uma universidade numa sociedade pobre, com problemas graves de desenvolvimento econômico, social e político. Nunca fui desenvolvimentista, ao contrário, minha posição para com o desenvolvimentismo sempre foi crítica. Nunca entrei na linha das bandeiras superficiais de pensar que a burguesia ia abrir caminho para a revolução democrática no Brasil, de modo que eu via na universidade, na educação, um elemento central para a pesquisa básica, que é fornecer conhecimento original, com o qual nós poderíamos não só diagnosticar os dilemas da sociedade brasileira, mas enfrentá-los. Daí o fato de que havia este tripé, ciência, educação e planejamento, as coisas estavam realmente integradas. Na medida em que tive a oportunidade de participar da campanha em defesa da escola pública, eu tive uma oportunidade concreta de ver como na realidade tudo isso era necessário e seria muito instrutivo. Todo um avanço revolucionário dentro da ordem, em termos até de requisitos da própria transformação capitalista da sociedade, como tudo isso poderia se vincular com o funcionamento e o crescimento da universidade. Hoje se diria: "Trata-se de um reformismo". Sim, era um reformismo, mas era um reformismo construtivo para uma sociedade que não levou até o fim a descolonização. As estruturas coloniais estão ao lado de estruturas capitalistas superavançadas na sociedade brasileira. Uma sociedade que paralisou a revolução nacional porque o excedente econômico foi monopolizado não pelas classes possuidoras, mas pelas elites das classes possuidoras, pelos setores estratégicos das classes possuidoras. Então, o excedente econômico da nação foi utilizado unilateralmente, a revolução nacional foi estancada. E a revolução democrática era impossível, na medida em que esses estratos não abriam espaço histórico para as classes trabalhadoras no campo e na cidade aparecerem e se afirmarem em termos de uma sociedade civil com múltiplas vozes. Então eu via a importância enorme que tinha a ciência, a educação e o planejamento. Agora, o trabalho que nós fizemos foi muito nessa direção. Hoje se

fala em ecletismo, porque se pensa de imediato que o que estava em jogo era a ideologia, era uma opção ideológica unilateral. Ora, se fosse uma opção ideológica eu ficaria no marxismo e acabou. E eu só vou ficar no marxismo e acabou em Toronto, porque aí eu não tenho razão nenhuma de pretender ser o professor universitário que a Europa quis criar no Brasil, através das missões. Aqui nós temos uma perspectiva para avaliar o que foi feito. Nosso trabalho não foi só na campanha de defesa da escola pública, mas também nas reformas de base. A minha contribuição entrou por aí discutindo desenvolvimento e reforma educacional, principalmente reforma universitária. E, de outro lado, a discussão interna, que é da década de 50, aparece como algo público em 60. Foi um processo íntimo na Congregação da Faculdade de Filosofia. Os professores que se chamavam radicais acabaram saindo da Congregação porque viram que a dinâmica da instituição era pobre para esse salto. Daí o fato de que eu procurei nos estudantes um ponto de apoio, nos sindicatos, e terminei falando, em 1960, lá na Bahia, no primeiro Congresso da UNE, abrindo todo um debate que depois ficou sendo o debate da década de 60.

Com isso eu esgoto a primeira pergunta e entro na segunda. Apesar da minha posição socialista, apesar de eu ser um sociólogo, apesar de eu ser uma pessoa desconfiada, e orgulhosa, eu também engoli mitos, eu mitifiquei a universidade: eu acreditei que a universidade tinha uma dinâmica que fosse capaz de ultrapassar as contingências do meio ambiente. Foi preciso 1964, principalmente foi preciso a terrível luta que houve em 1967 e fim de 1968. Foi uma luta tremenda, foi o período, em minha vida, de desdobramento tão grande que a última vez que eu fui a Porto Alegre fiz quatro conferências em dois dias. Sobre a última eu não sabia o que tinha dito. Eu perguntei para aquele escritor gaúcho, o Limeira Tejo: "Eu falei bobagem?"; "Não, você falou tudo de uma forma articulada, bonita, estava tudo bem". Exaustão! Venho para São Paulo e vou para um médico. O médico falou: "O senhor está se matando, o senhor tem que fazer quatro meses de repouso absoluto. O senhor está com uma hipertensão tremenda". Eu disse: "Não, eu posso fazer um mês de repouso absoluto e dois meses de repouso relativo".

Esse foi um embate para os que entraram na luta, foi uma luta terrível e luta aberta contra a ditadura em campos rasos. Porque inclusive havia a luta contra a ditadura e havia a luta contra os vários grupos da esquerda. Eu cheguei a dizer que eu só não apanhava na sola dos pés porque eu piso com os pés no chão e não havia espaço para bater em mim. Apanhava de todos os lados, era uma situação dramática. Eu presidia as reuniões do Conselho e saía da presidência para discutir, depois voltava para a presidência, porque eu não queria como presidente assumir posições que deveriam ser do coletivo. Essa foi uma situação terrível, e uma situação que mostrou que na luta entre a universidade e o meio, o meio acabou, vamos dizer, vergando a universidade, através principalmente das forças que eram pré-universitárias, que vieram das escolas superiores e dos profissionais liberais. A contra-revolução não se deu só no plano político, ela se deu no plano de todas as instituições: ela se deu na igreja, ela se deu na universidade, se deu nas escolas primárias, nas escolas secundárias, nas fábricas, em todo lugar. E os agentes ativos dessa contra-revolução eram os colegas que lá nunca se identificaram com uma condição universitária realmente autônoma. Que sempre se viram como membros de elite e que não fizeram essa identificação com a função revolucionária da ciência, com a função revolucionária da educação e com o potencial revolucionário do planejamento numa sociedade em crescimento de origem colonial.

Essas forças crescem, elas empolgam a universidade, elas redefinem não só a forma, também os ritmos da universidade. E foi nesse processo que realmente eu

sofri um desmascaramento, não era eu próprio quem estava fazendo, era uma coisa externa a mim, num processo histórico. E hoje nós estamos diante do grande dilema. Muitos estão lutando por recuperar a universidade que nós poderíamos ter, universidade que nós não construímos, que nós não conseguimos na década de 60. Quando o problema é outro. Quer dizer, agora nós temos... de repente todo o problema da universidade, nós estamos no fim do século XX, nós temos que pensar numa universidade para uma sociedade democrática, num momento em que os operários estão dizendo basta às ditaduras, fazendo a sua afirmação de luta de classes. É uma realidade nova. Então, eu devo dizer que apesar de tudo eu mistifiquei, eu não vi direito e só pude ver direito na medida em que no processo político a ditadura me puniu pelo que eu fiz de bom. Eu não fui punido pelo clandestino, pelo subversivo que eu fui anteriormente, isso eles devem saber porque o meu documentário era grande. O que foi trazido à baila eram coisas documentadas no meu currículo, e principalmente trabalhos como esse sobre o negro, as reflexões sociológicas que para mim acho que são vitais ainda hoje, embora hoje tenham que ser feitas de outra forma, sobre a universidade, sobre o jovem, sobre a função dos partidos, sobre o planejamento e principalmente sobre a liberdade da ciência. Nós não temos interesse em competir com a Europa, com os Estados Unidos, com a União Soviética em pesquisa científica; nós não temos porte para isso. Nós temos de trabalhar numa área na qual nós podemos produzir tão bem quanto eles e que seja vital para nós. Essas áreas devem ter privilégios. E muito menos devemos cultivar a ciência como meio de vida, ela não pode ser meio de vida. É claro que com esse meio de vida o professor pode, como disse o Guerreiro Ramos: "Vocês têm uma renda de empresário médio". Naquele momento nós tínhamos. Ora, por aí não se justifica nada, a universidade não se pode justificar assim. Nós somos um país com uma massa de pobreza absoluta muito grande. Então, na verdade eu mistifiquei.

A segunda ruptura se impôs a mim como se fosse um soco, como se um campeão me desse um soco no queixo e me espatifasse. Eu não estava preparado para esse choque. Eu confiei um pouco demais na instituição, porque a instituição são os homens que trabalham, as pessoas, homens e mulheres. Na verdade o que prevaleceu foi uma acomodação ampla num período pálido, com páginas belas porque uma resistência ficou lá dentro, cresceu e é essa resistência que afinal de contas permite à universidade hoje dar um novo salto. Tudo se passa organicamente a partir de dentro em conexão com uma pressão do meio imediato, do meio externo, no plano mundial.

Não podemos ignorar isso, mas a debilidade que a universidade revelou e principalmente o aprofundamento da influência externa retrógrada são coisas que merecem reflexão porque não era para que acontecesse assim. Eu acho que era para ter havido uma luta maior. Em 1969, início de 1970, ainda tentei levantar na Congregação um último manifesto dizendo: "Não podemos deixar as coisas assim, é a última oportunidade que nós temos de não sucumbirmos como os alemães sob o nazismo. Temos de dizer a nossa posição". Aí houve uma oposição geral, não se pode publicar. Eu só tive um apoio do Fernando Henrique em termos de discussão, mais nada. Uma universidade com vitalidade, que estivesse realmente incorporada na luta pela transformação da sociedade brasileira não se acalmaria assim, quer dizer, ela seria estraçalhada, mas no estraçalhamento se perderia muito de imediato mas se ganharia muito a longo prazo. Hoje todo o terreno tem que ser recuperado assim como em banho-maria.

Carlos Guilherme Mota — Eu acho que nesse processo, professor, de recuperação em banho-maria está a questão da demarcação desses projetos que estiveram em vigência nesses anos 50 e 60. Eu gostaria de ouvi-lo sobre como o senhor avalia hoje essa coparticipação na campanha da escola pública, na implantação de uma universidade mais democrática, considerando alguns dos seus companheiros de luta, como, por exemplo, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro ou, ainda em outro plano, prolongando para um outro projeto cultural, talvez um Paulo Freire, nos anos 60. Como reavaliar as distâncias e os projetos em comparação com a sua linha.

É muito difícil fazer uma avaliação porque a campanha da escola pública... não sei se você lembra da campanha abolicionista que teve uma peculiaridade muito grande, ela é diferente em São Paulo. E é curioso, em São Paulo o Antônio Bento, rebento de uma família aristocrática, quer levar a revolução para a senzala. Ele vê no negro o elemento de transformação revolucionária, de desagregação total da sociedade escravista, de revolução também para o negro e não de uma revolução social do branco para o branco. Só em São Paulo, você não vê isso na campanha abolicionista. O próprio José do Patrocínio fala que ele não instigaria um choque de raças na sociedade brasileira. Quer dizer, há peculiaridades. Com relação à escola pública, é curioso, o Anísio, como o Fernando Azevedo, eles operaram no plano das elites culturais, quer dizer, desencadeando um processo através do Parlamento, criando condições de funcionamento orgânico do sistema educacional brasileiro de tal maneira a dar flexibilidade ao funcionamento local e regional e, ao mesmo tempo, uma centralização racionalizadora e criadora na totalidade. Alguma coisa parecida com o que se fez na França. E parecia que tudo ia bem, o projeto estava no Parlamento, tudo parecia encaminhado para que o projeto de diretrizes e bases preenchesse essa dupla função de coordenar num plano central e diferenciar nos planos local e regional. Nesse ínterim, a Igreja Católica e o setor privado, que comercializava o ensino, se unificaram e descobriram a importância desse projeto, e passaram a atuar através da Sandra Cavalcanti, daquele padre que é sociólogo também, o Bastos D'Ávila, talvez, fizeram um grupo e elaboraram um anteprojeto que passou pelo crivo do Lacerda, que se tornou o campeão do setor católico e privado. E era um desastre.

Na luta contra isso, os educadores, inclusive o Anísio, ficaram muito em termos de posições de cima para baixo. Tiveram várias participações importantes, mesmo trabalhando politicamente, discursando, lidando com os estudantes, mas sempre na órbita dos administradores, o que tem uma iniciativa no nível administrativo, no nível da organização do sistema. Aqui não, o movimento veio de baixo para cima, dos professores, em termos de revolta na sala de aula, alcançando o apoio dos estudantes e das congregações religiosas não-católicas, dos espíritas, do setor católico radical e também evasivamente do Partido Comunista e de outras correntes radicais. Então foi um movimento muito rico. Eu entrei nisso a contragosto porque aquilo representava para mim um investimento de tempo muito penoso, eu tinha obrigações múltiplas como professor: escrever, tomar conta de trabalho, trabalhar na Congregação, escrever em jornal. Eu tinha muita coisa e para mim era penoso enfrentar essa atividade, mas me lancei a ela. O êxito foi estrondoso, a primeira convenção feita na Biblioteca Municipal reuniu pessoas de grande gabarito, o Júlio Mesquita foi lá, o Paulo Duarte, havia várias pessoas eminentes, e um auditório de jovens empenhados na transformação do sistema educacional. E foi lá que a amizade do Júlio Mesquita surgiu por mim. Não sei que frase que eu falei no meu discurso e ele chorou, ficou vermelho e chorou. E ele passou a apoiar a campanha e a mim decididamente a partir daí, inclusive ele tentou me tirar da lista.

Da primeira lista ele me tirou, da segunda foi impossível. Foi uma amizade leal, embora ele soubesse que eu era inimigo político dele.

A campanha logo revelou uma vitalidade enorme: nós tivemos penetração nos sindicatos, no meio operário, tivemos até convenção operária em defesa da escola pública. Um debate tão rico que o Laerte Ramos de Carvalho disse para mim, numa hora em que nós estávamos discutindo com operários: "Florestan, essa gente discute educação como se fosse arroz com feijão". Realmente, arroz com feijão é alguma coisa que não estava sobrando no prato deles, e que eles precisavam numa direção diferente. E pude falar em todos os lugares, no interior de São Paulo, em outras cidades do Brasil. E eu vi ali não só uma atividade criadora para mim, eu vi um meio de praticar o que eu chamei de observação participante. Eu até escrevi um trabalho sobre isso. Em Assis os padres exigiam que a minha presença fosse declarada de pessoa não-grata, porque mobilizaram todas as forças de oposição para me receber no aeroporto. Tive que debater com oito padres lá. Eu falava em média uma hora e meia, duas horas, às vezes mais, a parte expositiva e depois havia uma hora e meia, duas horas de discussão. Eu tinha um fôlego grande, podia falar horas. Aí eu posso imitar o Fidel Castro.

Qual é o resultado? Nesses debates entravam todos, entravam os padres, os maçons, os espíritas, os protestantes, os estudantes, os velhos, gente pobre, gente rica, operários, patrão. Os próprios patrões se mobilizaram, a Federação de Indústrias apresentou um projeto alternativo de diretrizes e bases mas dentro dos requisitos de um regime competitivo formalmente. Então foi muito rico, foi uma campanha que me deu uma visão muito rica da sociedade brasileira, eu como sociólogo teria de depender de muitas monografias para apanhar esse cadinho.

Mas eu estava falando da peculiaridade da campanha em São Paulo. Aqui, nós formamos um núcleo organizador, quer dizer, um certo grupo de educadores com posições diferentes. Naquele tempo eu seria o da extrema, o Laerte [Ramos de Carvalho] seria o liberal, o Roque [Spencer Maciel de Barros] e o Villalobos seriam os socialistas moderados. Veja como o mundo mudou! Essa equipe central tinha uma boa capacidade organizadora. Promovemos congressos, promovemos conferências etc. Foi diferente do que aconteceu no resto do Brasil, e nós mesmos é que fomos para os outros lugares levar o debate num nível de profundidade maior. Inclusive, com recursos que o doutor Júlio arranhou, nós mandamos o Laerte e outros auxiliares para trabalhar vários dias em Brasília e suplementar e alimentar intelectualmente um projeto novo de diretrizes para combater o que estava sendo apresentado pelo PTB e que estava sendo aprovado. Eu fui lá discutir, nos organizamos e depois levantamos os recursos e isso foi feito.

Agora, a campanha de reformas de base já foi mais dura, porque ela já tinha um caráter de confrontação política específica. E, por outro lado, o combate à ditadura era o elemento central, não havia dúvida de que tudo o que fazíamos era uma tentativa de combater a ditadura. Porque havia um espaço democrático que a ditadura não conseguiu esmagar e todo o problema era tirar esse espaço democrático da pressão que ele estava sofrendo e ao mesmo tempo criar um empuxe que engolisse o regime ditatorial. Aí realmente eu me tornei inimigo do sistema ditatorial. Do sistema global eu já era antes. O regime aí me vê como inimigo encarniçado. Em 1964, o coronel que me prendeu disse: "antes de prender o senhor nós desconfiávamos que o senhor era um agitador, agora com o que o senhor fez — aquele negócio da carta — nós tivemos a prova cabal de que o senhor é um agitador mesmo".

Com as atividades de 1967, 1968, as nossas posições ficaram marcantes, e realmente a contra-revolução ganhou a segunda batalha, porque foi a segunda

batalha, e uma batalha dolorosa, porque a essa batalha a universidade sucumbiu, não respondeu como um todo. A primeira sim, a luta democrática da Congregação, que é única na história brasileira, teve consistência na primeira fase, quando a ditadura ainda pensava que poderia tapar o sol com a peneira. Já na segunda, a universidade não teve consistência e permitiu essa ressurreição do passado, que nós pensávamos que íamos eliminar com rapidez e que temos que carregar. Aqui nós voltamos ao Gramsci, quer dizer, todos os problemas da desigualdade da Itália, como afinal de contas até um partido socialista acaba sendo um movimento oportunista de defesa da ordem no pior sentido. A universidade acabou fazendo isso.

Carlos Guilherme Mota — Ainda sobre estes episódios, durante a campanha no início dos anos 60, além de falar em sindicatos, o senhor falou também no II Exército. Houve um episódio com o general Castello Branco. O senhor poderia detalhar um pouco mais?

Eu fui convidado, mas não por conta da campanha de defesa da escola pública, não. Eu fui convidado para dar um curso no comando do II Exército. Um coronel naquela ocasião — não me lembro o nome dele, hoje ele é general — foi à faculdade para falar comigo. Eu teria que fazer cinco conferências. Ele foi mandado pelo Júlio Mesquita, isso foi em 1962. Na verdade, eles estavam conspirando, tentando conhecer os quadros intelectuais com que contariam e, naturalmente, devem ter feito na universidade várias investidas em áreas ativas para ver até onde seria possível levar essa camuflagem e engajar os intelectuais de ponta no processo. E eu fui convidado e disse: "Olha, infelizmente eu estou com muito trabalho, não posso dar o curso, mas eu posso pensar, vou falar com os meus auxiliares aqui e vamos ver o que se pode fazer". Falei com o Fernando Henrique, falei com o Octavio [Ianni] e organizamos o curso, cada um iria dar duas conferências no II Exército, em Santa Cecília. Eu fiz uma primeira exposição crítica sobre o militar mesmo. Peguei na unha a questão. O Castello Branco foi me buscar na porta da Filosofia e foi me deixar lá. Agora, apesar de haver uma diferença entre nacionalistas e, vamos pôr entre aspas, "liberais", o fato é que a primeira conferência que eu fiz encontrou uma resistência tremenda. Eu procurei analisar a composição do exército, mostrar que ele não é democrático, porque é um mito pensar que o exército se democratiza pela sua morfologia. Ele pode ter uma origem muito variada e ser um exército tremendamente reacionário, tudo depende da educação que os militares recebem. E discuti o problema principalmente em termos do grau de consciência racional que eles têm da realidade brasileira, mostrando que pelo fato de eles se isolarem do ensino comum, eles terem um ensino segregado, eles cultivarem valores que são esotéricos, eles acabaram se distanciando da sociedade brasileira, não entrando nos processos de transformação mais profunda. Isto porque ao mesmo tempo eles avançaram contraditoriamente no sentido de absorver e monopolizar os papéis ativos. Eu disse: "Eu não tenho nada quanto aos senhores mobilizarem os papéis ativos, eu tenho contra a falta de preparo dos senhores, o currículo dos senhores, os senhores têm de conviver conosco, os senhores têm que estudar nas universidades, os senhores têm que fazer trabalho fora da alçada militar, fora do âmbito militar". É claro que eu não ia colocar lá o problema do exército do povo e outras coisas. Sabe que causou uma revolta tremenda, porque eles me definiram como inimigo do exército. Mas ainda assim houve o debate e eu não achei o apoio de ninguém lá, e o Laerte, foi muita gente da universidade, depois ele falou comigo na universidade: "Florestan, você é louco, eu estava procurando um buraco no chão de cinquenta metros para me esconder".

Não aconteceu nada. Depois o Fernando Henrique e o Octavio fizeram as exposições e eu fiz a última, aí pegando toda a problemática da resistência à mudança na sociedade brasileira. Era uma preocupação muito forte, você lembra do meu ensaio sobre a resistência sociopática à mudança cultural e como colocar toda essa problemática em termos de interesses médios de transformação da sociedade brasileira. Aí eles receberam bem. Depois disso houve o desenlace da campanha de defesa da escola pública, quando já não tinha mais onde bater. Eu já estava desesperado. Aconteceu que o Anísio e o Darcy acabaram entrando na composição do Jango. Para ceder à Igreja e ao setor privado faziam concessões, o governo fazia concessões, e afinal de contas a rede geral satisfaria a todos. É claro que não satisfazia a nós porque nós éramos, por assim dizer, uma força espontânea que cresceu na luta. Aí eu avancei tremendamente, a tal ponto que o artigo que eu escrevi sobre esse negócio foi terrível. Foi feito como entrevista, o Tamas fez a entrevista e salvou porque teve a idéia de perguntar se eu aceitava publicar como artigo, aí a direção do Estado aceitou. E saiu como artigo.

Nesse momento de desespero eu pensei: "Onde bater?". Eu pensei, só há uma porta, é o exército. Telefonei para o tal coronel. Ele disse que não podia. Eu falei: "Olha, coronel, não quero saber se o senhor pode ou não pode, o senhor já veio bater aqui na minha porta e eu não podia e atendi. Eu não estou pedindo ao senhor para o senhor paralisar o debate sobre o projeto para criar um projeto novo. Eu estou pedindo ao senhor para falar aí, eu penso que o exército deve ser uma força viva, deve ter gente aí interessada nessas questões". Aí ele disse: "O senhor me dá uns dias que eu vou ver o que vou fazer". E organizou um debate na 2ª Região Militar, na Conselheiro Crispiniano. Eles tinham um auditório na parte de trás do prédio; o prédio onde eu fui preso. Foi aí que eu vi qual era a realidade orgânica do exército. O setor nacionalista, chamado esquerdista, só o era entre aspas, porque no debate aqueles militares que discutiam comigo estavam mais informados que a Sandra Cavalcanti. Eles tinham dados defendendo todas as soluções que nós combatíamos no projeto de diretrizes. Eles realmente tinham medo de combater o setor orgânico. E eu encontrei, na defesa de concepções que nós chamaríamos de norte-americanas, uma intransigência maior ainda do que entre os padres reacionários do interior ou aqui de São Paulo. Isto definiu bem qual a natureza da evolução que o exército tinha sofrido no plano dos oficiais: capitães, coronéis, majores, generais. O Costa e Silva assistiu uma parte em pé, depois eu acho que ele viu que não tinha nada que interessasse, foi embora.

Alfredo Bosi — Eu queria chegar a um terceiro momento. Depois que o senhor redefiniu os limites da universidade com a experiência concreta que teve e verificou realmente este achatamento da universidade depois da década de 70, ideológico, político, enfim o seu recuo completo no sentido da participação e por motivos externos a ela também, mas também por motivos internos. Mas há uma experiência que eu acho muito importante e que agora começa a ser assimilada pelo público, que é o seu conhecimento da Revolução Cubana. Em que medida o seu conhecimento que foi mais íntimo com a Revolução Cubana e sobretudo a Cuba posterior à revolução, em que medida isto lhe deu uma nova perspectiva para estudar a relação entre Estado, educação e desenvolvimento? Temos aí um esboço de prática socialista, da relação do Estado com a educação. Essa experiência o senhor estudou topicamente, em Cuba, ou isso abriu alguma perspectiva para o estudo dos países latino-americanos em transformação? Nessa questão particular de relação da educação com o Estado.

Para responder essa pergunta, que é muito boa, eu tenho de voltar um pouco. Porque, na verdade, todo o problema da dinâmica da sociedade de periferia, eu acabei levantando teoricamente nos trabalhos que se iniciam no fim da década de 50, início da de 60 em alguns ensaios. Mas realmente a investigação empírica e o trabalho de interpretação rigorosa começam apenas com o estudo do negro. Há uma tendência de chamar o estudo do negro de um estudo de relação racial. Ele não é bem isso. É um estudo de relação racial, mas não feito para esgotar a problemática nos termos em que os norte-americanos converteram a relação racial, numa análise que não questiona a sociedade, nem as classes, nem o capitalismo. O único trabalho de lá feito dessa perspectiva é o do [Gunnar] Myrdal, que foi feito com colaboradores. O Myrdal é socialista, moderado mas é socialista, e ele questiona as classes, a ideologia das classes. E surgiram alguns trabalhos posteriormente quanto à educação, quanto a relações raciais, aprofundando e radicalizando essa temática. Aqui a investigação sobre o negro me permitiu ir além das fronteiras da extinção do indígena, dos povos livres. Eu pude apanhar toda a dinâmica da sociedade escravista e toda a passagem do escravismo para o trabalho livre e as limitações que isso sofre. E com isso a minha inteligência da revolução burguesa na periferia ganha uma outra dimensão. No Brasil, se falava muito sobre a revolução burguesa numa perspectiva, por assim dizer, da revolução que ocorreu na França e na Inglaterra, e de outra maneira na Alemanha, e de outra nos Estados Unidos, e que fatalmente vai ocorrer aqui. Como se fosse intrínseca ao capitalismo. É como uma doença venérea, o sujeito acaba adquirindo uma vez na vida pelo menos. A revolução burguesa vai acabar sucedendo aqui.

Eu fui levado a fazer um questionamento mais profundo das classes e do seu âmbito porque é realmente classe no sentido rigoroso, quando você pensa como o Marx. Porque se você não quer pensar que o capitalismo surge já com a escravidão, se você não adota conceitos fluidos, Marx nunca fala capitalismo comercial, ele fala capital mercantil, isso quer dizer alguma coisa. Weber era mais livre no uso de conceitos, podia qualificar o capitalismo de várias maneiras. Marx era muito rigoroso, capital mercantil, capital industrial, a classe como formação social específica, não como categoria geral. No Manifesto e em outros escritos eles falam de luta de classes no sentido geral, mas eles estão pensando classe independentemente da sua especificidade. Eles estão pensando é numa formação social que se vincula ao aparecimento do capital industrial. Na relação que se dá graças à e através da mais-valia, a dinâmica da acumulação capitalista. Então, eu fico colocando diante da história brasileira esse questionamento: quando realmente desaparece o estamento e surge a classe? Por que Marx e Engels têm coragem de usar o conceito de estamentos, mas nossos marxistas têm medo? O conceito de casta, talvez eu tenha usado de maneira um pouco livre. Mas para distinguir o escravo do próprio negro e do mulato que eram membros de estamentos eu tinha que ter uma outra categoria e já houve esse uso livre do conceito de casta, então vamos lá. Eu comecei esse questionamento e pude fazer através desta investigação. As primeiras análises surgem em *Negros e brancos em São Paulo*¹⁵. O primeiro e o segundo capítulos são uma reflexão concentrada sobre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social de São Paulo, apanhando o negro e o branco como ponto de referência para explicar, através da estratificação social e da transformação das estruturas sociais, essa história. Depois da *Integração do negro*¹⁶, aí realmente eu pude inclusive fazer o retrato aproximado da revolução burguesa, como ela se equaciona historicamente em termos débeis, através do fazendeiro, do imigrante. Todo esse ponto de referência me levou a conhecer a dinâmica de uma

(15) Citado na nota 4.

(16) Citado na nota 1.

sociedade colonial. Eu fui levado a uma distinção entre o que é colonial e o que é neocolonial, o que é dependente. Você tem isso no ensaio que eu elaborei em Toronto¹⁷, saiu em 1969, sobre dominação externa na América Latina, a separação precisamente entre estes momentos, eles são históricos mas são também estruturais e às vezes o estrutural vai além do histórico. Há países que ainda estão numa situação neocolonial até hoje: é o caso do Haiti, do Peru, do Paraguai e de muitos países. Outros conseguiram passar para uma situação de dependência que se caracteriza pela absorção de estruturas de produção diferentes. Essa problemática eu monto empírica e teoricamente através do estudo do negro, e pude com ela refletir comparativamente sobre a América Latina. Em Toronto eu tive oportunidade de dar cursos trabalhando com essas idéias, um pouco precariamente de início, mas eu já tinha escrito a primeira parte e a segunda não acabada da *Revolução burguesa no Brasil*¹⁸, que eu escrevi em 1975, então eu já tinha um amadurecimento muito grande desse arsenal. Com isso em Toronto, quando eu me vi na obrigação de tomar uma perspectiva mais ampla, premido por um movimento político mais aguçado, com maior liberdade, eu não só me informei sobre uma literatura que não era exequível aqui, como também acabei dando cursos sobre política no Terceiro Mundo, em colaboração com um professor australiano. Nesse curso me cabia dar a parte da América Latina: dez exposições, das quais eu reservei três ou quatro para Cuba. Eu pude ver como em Cuba aconteceu a mesma coisa que no resto da América Latina, só sucedeu de uma maneira pior, porque lá a situação neocolonial se restabelece com uma grande vitalidade, graças ao fato de que os Estados Unidos alienam a independência que os cubanos ganharam na frente militar. E através de processos econômicos, culturais, políticos e diplomáticos criam uma situação neocolonial de grande vitalidade, de grande envergadura. Lá eu pude estudar como, afinal de contas, se repete em Cuba a história comum da América Latina, quer dizer, as tais revoluções que não se concluem, que se paralisam porque a burguesia não é uma burguesia de país com desenvolvimento capitalista autônomo, ela está sujeita a uma dominação externa.

Isso nos leva a Gramsci de novo: para ele foi muito importante interpretar a situação difícil da Itália na relação com outras nações que exerciam hegemonia econômica, política e cultural dentro da Itália. Aqui a presença das nações não se dava em termos de hostes militares, mas se dava de outra forma. E a própria burguesia vive a mesma insegurança, então, são revoluções que não se completam. E o que é peculiar a Cuba? Por causa da situação neocolonial se tornar extremamente viva, a luta contra a ditadura, a luta contra a república títere, a luta contra o imperialismo, que assumia proporções dramáticas, acaba gerando um nacionalismo libertário que desata num processo diferente do resto da América Latina. No resto da América Latina as revoluções de independência ocorreram no início do século, ou até o meio do século; em Cuba ela surge em 1868, ressurgiu em 1893-95 e refluí. Não surge, então, uma burguesia capaz de tomar conta do Estado e usar o Estado como um elemento de autodefesa e preservação das estruturas coloniais, neocoloniais e de dependência. Em Cuba, os Estados Unidos, através de uma dominação indireta de tipo específica, saturam de tal maneira os espaços que a luta contra a ditadura, contra a dominação externa, contra a ausência de independência nacional acaba evoluindo num sentido que poderia ser contido dentro do capitalismo, mas se os diferentes setores da burguesia cubana e os Estados Unidos revelassem flexibilidade. Houve todo o problema da socialização política dos guerrilheiros, o fato de eles saberem o que não queriam, o fato de eles aceitarem os níveis históricos da revolução. O fato é que em seguida eles conquistam o poder, vão ao poder com

(17) Trata-se provavelmente de *The Latin American in Residence Lectures*. Toronto: University of Toronto, 1969-1970.

(18) *Revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975; segunda edição, 1976; terceira edição, 1981.

um governo de composição nacional, mas dão oportunidade para provar que nem os setores mais fortes da burguesia cubana nem os Estados Unidos aceitariam uma reforma do capitalismo. Realmente não se trata de uma debilidade da burguesia cubana, trata-se de uma impossibilidade. O que a burguesia intenta? A partir do governo, expulsar os guerrilheiros. Os guerrilheiros, com o controle do exército, da polícia e com o apoio da população deslocaram a burguesia. A pressão dos Estados Unidos foi se intensificando e o que aconteceu? A Revolução Cubana foi parar no nível histórico dela, quer dizer, é a única revolução na América Latina que entra na corrente da história moderna, por causa dessas circunstâncias. Eles foram bastante sagazes e lúcidos para avançar. Na verdade, a União Soviética cobriu a retaguarda e Cuba entra no processo da história moderna. Então, o que eu penso a partir daí? Eu não estou pensando apenas como socialista que gostaria da revolução, eu estou pensando como sociólogo, quer dizer, uma revolução que se tornou possível em Cuba e que é necessária para o resto da América Latina provavelmente é a revolução que responde à contra-revolução da burguesia, que responde aos regimes ditatoriais de segurança nacional que eu chamei de autocracias burguesas. Quer dizer, a saída não se dá mais pela burguesia, que é uma burguesia internacionalizada agora, com economia internacionalizada aliada a um imperialismo de uma maneira tal que ela está paralisada, ela não pode avançar mais do que através do desenvolvimento acelerado. A única coisa que ela sabe fazer é modernizar e incorporar as economias capitalistas internacionais, absorver padrões de capitalismo avançado, que na verdade jogam fora do sistema de trabalho uma grande parte da sociedade brasileira e ao mesmo tempo uma parte maior ainda na miséria permanente.

Por aí eu tive um pouco a reflexão que não repete o que disse Fidel Castro em Sierra Maestra, que o paradigma da revolução ali era um parâmetro de conciliação com a burguesia; nem o que diz o Che num dos ensaios, discutindo a questão de se a República Cubana se repetirá, ele diz que se repete porque ele acreditava na forma guerrilheira. Eu não acredito na forma guerrilheira. A minha formação política anterior inclusive não me levava a pensar que a guerrilha seria o caminho, embora como sociólogo até antes eu já tivesse dito que se houvesse uma revolução a massa da população não tem na América Latina nenhum motivo para ser leal a um regime que não lhe dá nada senão opróbio, exclusão e miséria. Havendo oportunidade vai haver o que houve em Cuba: uma eclosão. Mas é que os guerrilheiros viam que poderiam apanhar o apoio da massa. Mas o que os guerrilheiros não viam é que a situação revolucionária não foi criada por eles, ela foi produto de uma longa evolução, que não começa sequer em nosso século, começa com o desenvolvimento do sistema colonial, na maneira pela qual a dominação dura até o fim do século e é substituída não pelo regime representativo da burguesia, mas por um regime títere, governos sucessivamente ditatoriais de articulação de interesses burgueses internos e externos, principalmente norteamericanos. Eles não viram que essa situação revolucionária não é a guerrilha que cria, ela é produto da história; o que eles tiveram foi a inteligência de se localizar dentro dessa situação revolucionária e de ver que aquela ditadura poderia ser removida com o poder militar e de levar a revolução até o fim.

Para concluir, eu queria dizer o seguinte: qual é o significado da Revolução Cubana. É que a América Latina tem uma alternativa histórica, essa alternativa não está no capitalismo, ela não é aberta pela democracia burguesa, não é aberta pelo imperialismo, não é aberta pela internacionalização da economia capitalista, ela é aberta exatamente pelo socialismo. A via pela qual Cuba chegou ao socialismo é muito peculiar. Eu não diria, como Che, que neste sentido a experiência de Cuba

vai ser paradigmática, vai se repetir. Agora, essa revolução sim, porque esses povos não têm alternativa, o capitalismo cria situações na América Latina convertendo países como Brasil, México e Venezuela em plataformas do sistema de produção mundial. E com isso toda uma parte da América Latina é condenada a uma dependência que consigo preserva estruturas coloniais e neocoloniais e cria estruturas novas de relação dependente que são permanentes. E dentro delas o capitalismo não resolve os problemas que tecnicamente ele poderia resolver. Ele resolveu problemas que nós enfrentamos na América Latina, que não originariam uma revolução e que seriam resolvidos numa escala de riqueza norte-americana, francesa, inglesa, alemã. Na América Latina isso não é possível porque o excedente econômico é apropriado, como eu chamo, dualmente: uma parcela fica nos países nas mãos das classes privilegiadas e outra parcela vai para o exterior, vai para os grandes bancos, para as grandes multinacionais, para as nações poderosas, tanto a superpotência como outras nações hegemônicas. O que fica na América Latina, em termos de potencial para que o capitalismo resolva problemas técnicos de caráter humano, é tão pouco que não dá sequer para enfrentar os problemas dos estratos mais pobres da pequena burguesia. Com isso, então, nós temos uma equação líquida: a saída é a revolução. Agora, como chegar pela via cubana, aí o problema é outro, a história é outra. A maneira pela qual Cuba fez a revolução não se repete porque os países centrais estão naturalmente alertas e, em consequência, quando a experiência se repete nós temos o que está acontecendo na Nicarágua, em El Salvador: a revolução não tem como defender o seu ritmo, a sua integridade, avançar, ter conexão com a história mundial do socialismo que é a via pela qual as coisas terão que se desatar. Sem uma evolução mais profunda, sem que os países socialistas se fortaleçam e tenham coragem de enfrentar as nações capitalistas mundialmente, essas revoluções são naturalmente condenadas a um fracasso parcial.

Desse ângulo, qual é a importância dessa revolução? É para tudo, não é só para a educação, não é só para a saúde pública, não é só para a liberdade da pessoa, embora aí as coisas num país de transição precisem ser postas concretamente. Não se trata de repetir os sonhos falsos da burguesia, é preciso um sacrifício terrível, uma disciplina tenaz, e as pessoas estão se sacrificando não por um futuro melhor delas mesmas, mas pelos filhos e pelos descendentes. Nesse plano a revolução discute os problemas. Pela primeira vez, indo a Cuba, por exemplo, eu saio do Brasil e só vejo favelas, por sorte os aeroportos são estratégicos para a gente ver as favelas. Agora, no Rio, está mais camuflado. Vou para o Peru e tenho esta visão na escala mais dramática possível, as barriadas no Peru abrangem quilômetros e quilômetros, num terreno árido, de pó, de extrema miséria, sem plantas. Chegando em Cuba a gente vê que não é a pobreza que cria isso, é a exploração capitalista, a dominação externa do imperialismo, porque aquele país também é pobre, aquele país gasta uma grande parte do seu excedente econômico para se armar, para se defender dos Estados Unidos. E, no entanto, a gente vê como funcionam as escolas, a assistência que se dá às crianças sem privação de nenhum tipo, na alimentação, na roupa, a assistência que se dá aos doentes, aos velhos e, ao mesmo tempo, um esforço concentrado no sentido de suplantar as dificuldades de um país que está tentando fazer revolução socialista com base na agricultura e na exportação de produtos de origem agrícola, como o açúcar. Então, por aí nós vemos que Cuba não permite resolver todos os problemas de educação, saúde pública, socialização política do poder, porque ainda estamos numa fase de consolidação do poder, o Estado sobrevive, não alcançamos a fase de destruição do Estado, infelizmente. Mas há

uma tentativa de organizar o poder popular, de avançar numa direção nova e principalmente de tirar o desenvolvimento dessa função unilateral que ele adquiriu desde o período colonial, porque ele sempre foi um elemento de exploração dos povos na América Latina, isso termina com o socialismo.

Nesse plano, Cuba não só mostra o caminho que está aberto historicamente, o problema agora é de oportunidade histórica, que vai depender do confronto entre as nações capitalistas e as nações socialistas; as nações socialistas crescendo, ele vai aumentar. Cuba ganhou a oportunidade de palmilhar o caminho, graças ao fato de que a União Soviética ficou com a cota do açúcar que os Estados Unidos deixaram de absorver, e ao mesmo tempo dispensou a Cuba uma cooperação intensa e contínua. Agora, os outros países precisam de um espaço maior, precisam que as nações socialistas cresçam até um ponto no qual elas possam paralisar o esforço que as nações capitalistas fazem para impedir essa segunda revolução. Basta ver o que acontece na Nicarágua, em El Salvador, quer dizer, qual é a fonte de paralisação dessas duas revoluções? Elas não são internas, elas são externas, e não há uma nação socialista capaz de impedir esse processo, de solapamento, de impedimento do desate da revolução socialista na América Latina.

Carlos Guilherme Mota — Como sociólogo e socialista, como o senhor coloca a questão da distensão, da chamada abertura, a questão da reforma partidária, os debates sobre a chamada revitalização da sociedade civil. Em suma, como sobretudo trabalhar numa linha que o senhor sempre desenvolveu e estimulou e tentou, a partir de uma análise científica, fazer algumas projeções.

Eu acho que o momento agora não permite ver muito claro tudo. É óbvio que a questão não é do vínculo ideológico só, não é para eu vir aqui e fazer aquilo que o Weber dizia que o sociólogo não deve fazer, se transformar num propagandista. Eu também sou propagandista e nunca tive medo de ser simultaneamente as duas coisas: um sociólogo que procura servir à busca de uma verdade por meio científico, e o propagandista que procura convencer os outros a ver o que tiram desta realidade para transformar o mundo. Essa é parte da condição marxista, do intelectual. Agora, não é só por uma questão de vínculo ideológico que se pode discutir hoje a situação brasileira. A sociedade brasileira — eu descrevi isso em trabalhos, em ensaios que estão principalmente no Brasil: em compasso de espera¹⁹ — está conhecendo agora sob o capitalismo monopolista aquilo que foi a primeira fase do desenvolvimento do proletariado nos países de capitalismo industrial, quer dizer, uma fase na qual os proletários conseguem se tornar classe independente, classe capaz de lutar por um desenvolvimento independente de classe. Isso nós atingimos agora e curiosamente num limiar em que se coloca incipientemente, de uma forma ainda um pouco rudimentar, o combate à supremacia burguesa, porque a supremacia burguesa se manifesta através de um despotismo na fábrica, através de um despotismo do Estado. O operário não pode sair do seu confinamento, do seu esmagamento, enfrentar a lei contra a greve, enfrentar os sindicatos atrelados, criar um novo movimento sindical, aproveitar apoios que surgiram em certos setores da sociedade, se ele não se preocupar também com os limites do despotismo. Quer dizer, é lutar contra aquilo que no Manifesto é descrito como a supremacia burguesa. Eles não usam o conceito de dominação, é curioso, usam o conceito de supremacia. Agora, nós estamos nessa situação: a primeira fase de desenvolvimento do proletariado ainda não se esgotou, a tal ponto que tanto os sindicatos quanto os partidos que se dizem de esquerda e até comunistas não estão lutando pelo desenvolvimento independente de classe. Quer dizer, ainda estão

(19) *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

lutando pela autonomia do sindicato, ou pela existência pura e simples, física, do partido. Por aí a gente vê o descompasso que está havendo. Essa fase ainda não amadureceu, mas ela é bastante nítida e mostra que os proletários não querem mais ser calda, aquela fase incipiente em que são instrumentos da burguesia, em que lutam através da burguesia, isso tudo já é fenômeno do passado.

Então é um desenvolvimento independente de classe, que esboça um caminho novo, uma segunda fase, que é a da luta contra a supremacia burguesa, exigindo então um novo tipo de sindicato, um novo tipo de partido, um novo movimento operário. E a burguesia naturalmente não sabe lidar com isso, porque ela nunca aprendeu; ela nem sequer tolerou o desenvolvimento independente de classe, portanto ela não sabe lidar com o combate à sua supremacia. Isto tudo cria um palco social muito favorável a que a burguesia veja na abertura um instrumento de continuidade do despotismo. Quer dizer, a abertura é uma abertura para a ditadura e só se tomará mais que isso se as classes trabalhadoras e setores divergentes das classes médias, e até das altas, se comportarem politicamente de outra forma. Porque na verdade, para levar o paralelo mais longe, nós não podemos pensar em termos de Inglaterra, em termos de França. Talvez o termo da Itália no contexto do aparecimento do fascismo seja mais propício para nós, os dilemas que havia na Itália tanto do lado da burguesia quanto do proletariado. Surge um partido comunista autêntico que elabora um manifesto bonito, rico de análise da situação nacional, de integridade revolucionária, e no entanto ele não pode fazer nada porque havia uma muralha burguesa que, organizada em termos de ditadura de classe, esmagava qualquer perspectiva desse partido, fechava o caminho desse partido.

Isso se deve muito ao quê? Ao fato de que, graças ao capitalismo monopolista, nós conhecemos esse período sob uma forma de desenvolvimento capitalista diferente. Nós conhecemos esse desenvolvimento graças à internacionalização de estruturas de produção, de mercado, financeiras, do capital. E também num contexto histórico de combate intransigente contra o socialismo revolucionário, contra o comunismo. E com isto, então, a flexibilidade da burguesia é limitada e a abertura só pode ser a abertura para a ditadura e para as composições que a burguesia possa fazer para impedir que o processo de deterioração da ditadura se converta num processo de deterioração das estruturas de poder da burguesia como tal. É um fenômeno diferente, porque aí se passa do político para o social. A burguesia tem medo, tem cautela. A gente vê os líderes liberais do PMDB segurando o peão, vemos o PC numa linha acomodatória segurando o peão. Por quê? Porque realmente, em termos de conflito de classe, esses setores que se identificam com a ação da burguesia temem as conseqüências de um processo muito rápido. E na verdade os proletários não estão preparados para um processo muito rápido; eles têm que conquistar tudo o que não conquistaram antes, em termos da primeira fase, e têm de se organizar para a segunda fase, que é dura, uma fase de luta, de confronto contra a supremacia burguesa em termos de uma tecnologia atual, de um capitalismo mundial.

Nós não estamos na Inglaterra, não estamos nos Estados Unidos do século XIX. Há uma burguesia nacional que pode apelar para o poder militar de uma burguesia externa. E há uma burguesia externa que sabe que não pode conceder espaço e só concede espaço para sindicato que aceita a lógica do capitalismo, outro sindicato ela não aceita; para partidos proletários que aceitem uma visão de reforma do capitalismo e não de revolução social socialista. Então é uma situação característica, vinculada estrutural e historicamente à forma do desenvolvimento

capitalista atualmente, principalmente nos países da periferia. A burguesia, quando pensou que fechava todos os espaços ao abrir uma industrialização maciça, uma modernização tecnológica acelerada, ao incorporar o Brasil às estruturas das economias centrais, ela arrastou consigo outras formações do regime de classes que ela não previa. Eu digo na última parte da *Revolução burguesa*²⁰ que o que nós não tivemos antes estamos tendo agora, quer dizer, um novo tipo de classe operária, um setor de ponta da classe operária que se joga numa posição mais audaciosa, mais avançada e que começa a se preocupar com reduzir pelo menos o despotismo da burguesia, em conquistar o espaço para se manifestar de uma maneira livre e autônoma, em nível de fábrica, em nível de bairro, em nível de cidadão. Trata-se, então, de uma transformação muito ampla e é por aí que eu coloco a questão da história na América Latina em países de dimensão continental como é o Brasil.

(20) Citado na nota 4.

A revolução aqui exige transformações muito amplas e muito demoradas, são transformações que — se não houver uma oportunidade histórica ainda imprevisível — terão lugar no século XXI. Até essa pressão proletária vai abrir os espaços para o resto da sociedade, para o setor excluído, para o trabalhador semilivre, que é a massa do trabalhador brasileiro. O setor de ponta do proletariado se abre para um novo tipo de aliança dos movimentos operários que até agora só tiveram aliados que paralisam o movimento operário na hora "X". Tudo isto é uma problemática que se abre para o fim do século XX.

É claro que nós vivemos uma situação revolucionária de duas vertentes. A burguesia poderia movimentar uma vertente se realmente ela tivesse uma base econômica e política mais ampla, e aí ganhar algum tempo na história, sem fechar o tempo para o resto da sociedade. Mas essa vertente se anulou e realmente o que fica dessa vertente é um processo contra-revolucionário permanente e que se engasta na tendência contra-revolucionária do capitalismo mundial, o chamado capitalismo tardio, que eu prefiro chamar de capitalismo monopolista da era atual. A outra vertente é a que se abre para os de baixo, para as classes despossuídas, para os proletários, para os trabalhadores do campo e que vão crescer naturalmente, gradualmente. Vão primeiro transformar a ordem burguesa e em seguida crescer dentro dessa ordem burguesa provavelmente numa direção cujos padrões e limites vão ser claros no fim deste século, no início do século que vem.

Alfredo Bosi — Nesse quadro, a idéia de um confronto a curto prazo parece inviável, não?

O confronto tem de haver, o confronto está havendo, porque em 1977, 1978 e 1979, mas principalmente 1980 e 1981, o que está havendo? É confronto da classe...

Alfredo Bosi — Mas eu falo de um confronto revolucionário.

Este confronto também é revolucionário, o problema é de delimitar a natureza da revolução, a revolução dentro da ordem, no âmbito da sociedade capitalista, e a revolução contra a ordem, no sentido de destruir a sociedade capitalista. Essa revolução no sentido de destruir a sociedade capitalista é que eu ponho um pouco mais para adiante, como perspectiva histórica. A outra revolução está se dando aos nossos olhos e não por causa dos intelectuais, não por causa dos radicais de classe média, não por causa do espírito democrático da burguesia, é porque realmente as classes trabalhadoras estão batendo à porta da história com sua voz, com suas necessidades, com suas premências, e ao mesmo tempo as classes possuidoras respondem através da ditadura, dificultando tudo, bloqueando tudo, o

que dá ao processo um caráter de violência muito maior. Não tira a violência, ao contrário, concentra a violência e torna a história muito imprevisível, o que pode fazer com que surja uma oportunidade histórica que não estamos vendo. Porque o amadurecimento dessa massa de trabalhadores não é orgânico, não é biológico, não é como botar o ovo na chocadeira e esperar tantos dias ou fecundar a mulher e esperar nove meses. Não, se se abre um processo, o ritmo da transformação é rápido, o amadurecimento é rápido e os desfechos se tornam cada vez mais complexos e mais importantes. Essa história da presença da massa tende a acontecer quando ela se tornar possível.

Pensando sociologicamente, como os socialistas europeus faziam, distinguindo a revolução dentro da ordem da revolução contra a ordem, aí temos um ponto de referência mais rico. A pressão proletária que se manifesta como um radicalismo do operário é revolucionária, e é socialista. Não se esqueçam que o socialismo é que deu conteúdo revolucionário às reivindicações operárias na Europa. A exigência de jornada de dez horas, oito horas, a eliminação do trabalho de menores de catorze anos, a regulação do trabalho das mulheres e condições de trabalho mais ou menos seguras na fábrica, mais isso, mais aquilo, tudo isso surge como reivindicação socialista. De modo que quando uma classe burguesa bloqueia a socialização socialista do trabalhador através do sindicato, do partido, de outros meios, ela bloqueia a existência de uma consciência de classe revolucionária dentro da ordem ou contra a ordem. É o que está se fazendo aqui. O que se permite é a paz social da burguesia, não a paz social do proletariado. Eu estou refletindo nessa direção, não sei se concordam porque é claro que a revolução dentro da ordem pode acabar mal; na Europa a revolução dentro da ordem chegou a reformar o capitalismo, chegou ao *Welfare State*, estancou tudo. Pode ser que isso se repita, mas eu tenho a impressão que na América Latina isso vai ser difícil, porque nós não temos a massa de riqueza que algumas nações possuem. Por exemplo, os 25% pobres nos Estados Unidos têm um *Welfare State* eficiente, só que este está sendo desagregado pela própria burguesia no poder; ou na Suécia, ou em outros países que não vem ao caso discutir, na Alemanha Ocidental. Pode acontecer que haja essa evolução, uma adulteração do socialismo, um reformismo, um oportunismo que acaba bloqueando o processo ou retardando. Mas isso não impede que depois surja uma dinâmica em que a própria revolução social seja retomada. Eu tenho a impressão que aí a importância do Gramsci é grande, porque ele tinha uma visão flexível. É verdade que como militante ele foi muito extremista, o bolchevismo dele era o mais extremista que se poderia pensar e o mais inadequado para a Itália, de acordo com a opinião dos socialistas. Mas no entanto ele viu muito bem os problemas da perspectiva de uma revolução na Itália.

Carlos Guilherme Mota — Uma pergunta mais pessoal: como é que o senhor se vê enquanto sociólogo socialista, mas sem um grande partido socialista por trás? A sua fala é uma fala que eu diria acima de partidos e sobretudo sem partido.

Eu não me sinto mal quando eu me lembro que Marx e Engels, que realmente tinham uma outra envergadura, viveram assim. Embora contingentemente tenham contado com a Liga Comunista, com a Associação Internacional dos Trabalhadores, é uma contingência. A produção de um partido revolucionário é um processo histórico complexo. Eu vivi a minha vida toda querendo ser militante do Partido Comunista, mas queria que o Partido Comunista fosse revolucionário. E acabei não podendo entrar para o Partido Comunista, o que inclusive foi uma grande frustração para mim e mostra a falta de imaginação do sociólogo. Eu pensei que depois dessa

experiência dramática que nós tivemos, com essa ditadura prolongada, o Partido Comunista iria tomar o caminho correto. A minha surpresa foi grande, porque realmente não acho esse o caminho correto. Quando surge o nome de comunista para o partido socialista revolucionário, para o setor revolucionário da social-democracia, ele surge porque já se coloca o problema da transição e a transição tem como alvo não a desagregação do capitalismo mas a construção dos caminhos para o comunismo. Por isso que ficou a denominação de Partido Comunista. Chamar de comunistas outros partidos que não são sequer já reformistas, no sentido em que foram reformistas os partidos socialistas da Segunda Internacional até a Primeira Grande Guerra, é terrível, não tem conteúdo.

Eu não posso entrar lá porque aí eu fico desajustado e crio problemas e sou condenado a ficar como um intelectual gravitante, como se eu fosse um incoerente ou negligente ou alienado. Me aflige muito porque se eu tivesse um partido eu podia ser muito produtivo como intelectual do partido, eu me disciplinaria para trabalhar dentro do partido, tenho qualidades para isso. No entanto, nós formamos intelectuais que poderiam ser orgânicos em outras direções e estão soltos no espaço. Eu me sinto muito mal, quer dizer, eu pago um preço psicológico terrivelmente duro. E é anulação política isso. Eu não posso criar a história do meu país, eu posso quando muito participar dela.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 42, julho 1995
pp. 3-31
